

Seca em Portugal Continental

*Relatório
Mensal
31 de Janeiro de 2006*

Tendo presente os dados hidrometeorológicos no início do ano de 2006 e a incerteza climatológica quanto à ocorrência de precipitação significativa e suficiente no primeiro trimestre para repor a normalidade quanto às reservas de água nas origens utilizadas pelos sistemas públicos e privados de abastecimento de água, o Secretariado da Comissão para a Seca 2005 deliberou apresentar a sua Exa. Secretário de Estado do Ambiente uma proposta para a prorrogação do mandato do Secretariado tendo em vista os seguintes objectivos: continuar os trabalhos de acompanhamento da situação de seca hidrometeorológica, e desenvolver algumas das medidas propostas no relatório de balanço e que poderão ser implementadas a curto prazo.

Ainda que a situação de seca iniciada em final de 2004 tenha sofrido alteração significativa a partir de Outubro de 2005, é de referir que em 31 de Dezembro de 2005, 84% do território permanecia em situação de seca meteorológica com intensidade fraca a moderada. Nestas condições, o Secretariado considerou que deveriam ser utilizados os dois primeiros meses de 2006, não só para avaliar a situação hidrometeorológica (continuação ou não da situação de seca meteorológica e/ou hidrológica), mas também para preparar as condições mínimas para fazer face a um eventual ano de seca de modo a aperfeiçoar o método de gestão da crise de 2005 e criar as bases para a gestão do risco.

Assim, e com o objectivo de continuar a acompanhar a evolução da situação, o Secretariado considerou que o relatório quinzenal deveria ser substituído por um relatório mensal, que inclui, para além da avaliação hidrometeorológica e das reservas de água, o desenvolvimento das tarefas de preparação para uma possível situação de seca que deverão contemplar, pelo menos: elaboração de um guia/ferramenta de trabalho para elaboração de planos de contingência sobre abastecimento urbano, agrícola e pecuário; elaboração dos procedimentos para uma eventual campanha de sensibilização a implementar; definição de um sistema simplificado para a recolha de informação sobre utilizações de água; preparação das condições para apoio técnico e financeiro às entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e particulares.

Portanto, prevê-se que no final do mês de Fevereiro estarão assim disponíveis um ponto de situação sobre as situações críticas, assim como estarão alguns instrumentos para as entidades gestoras e da administração passarem à elaboração concreta das medidas a operacionalizar no início da primavera, nomeadamente os planos de contingência, o material da eventual campanha de sensibilização e o sistema de recolha de informação sobre as utilizações da água.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

INSTITUTO DA ÁGUA (INAG)

INSTITUTO REGULADOR DE ÁGUAS E RESÍDUOS (IRAR)

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (CCDRAL)

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRAlg)

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO (CCDRLVT)

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDRCC)

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDRN)

ÁGUAS DE PORTUGAL (AdP)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO DE METEOROLOGIA (IM)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E HIDRÁULICA (IDRHa)

DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS (DGRF)

GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICA AGRO-ALIMENTAR (GPPAA)

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURAS DO ALQUEVA (EDIA)

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

SERVIÇO NACIONAL DE BOMBEIROS E PROTECÇÃO CIVIL (SNBPC)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE (DGS)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO

DIRECÇÃO-GERAL DA EMPRESA (DGE)

DIRECÇÃO-GERAL DE GEOLOGIA E ENERGIA (DGGE)

DIRECÇÃO-GERAL DE TURISMO (DGT)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP)

ÍNDICE

1. SITUAÇÃO HIDROMETEOROLÓGICA	1
1.1. Precipitação	1
1.2. Índice Meteorológico de Seca (PDSI)	4
1.3. Teor de Água no Solo	5
1.4. Evolução Provável da Situação Meteorológica	6
1.5. Avaliação do Escoamento Superficial	8
2. SITUAÇÃO DAS RESERVAS DE ÁGUA	10
2.1. Avaliação das Reservas Hídricas Superficiais	10
2.2. Avaliação das Reservas Hídricas Subterrâneas	12
3. DESENVOLVIMENTO DAS TAREFAS DE PREPARAÇÃO PARA UMA POSSÍVEL SITUAÇÃO DE SECA	14
3.1. Especificações gerais para a elaboração de Planos de Contingência para situações de ruptura dos sistemas de abastecimento de água às populações, pecuária e regadio	15
3.2. Bases gerais para a promoção de campanhas de sensibilização do uso da água em situações de seca de âmbito nacional, regional e local	15
3.3. Sistema simplificado de identificação, quantificação, tratamento e avaliação de dados e informações sobre as principais utilizações de água nas zonas de risco de seca	16
3.4. Definição de critérios e meios a utilizar no apoio técnico e financeiro às entidades com dificuldades técnicas e financeiras decorrentes da seca	16
3.5. Proposta de enquadramento institucional relativa à criação de um sistema permanente de previsão e acompanhamento de situações de seca	16
4. AVALIAÇÃO GERAL E CONCLUSÕES	14
ANEXOS	33

1. SITUAÇÃO HIDROMETEOROLÓGICA

1.1. Precipitação

1 - 31 Janeiro

O estado do tempo no Continente foi influenciado por um anticiclone localizado de 2 a 4 a leste dos Açores, de 8 a 10 na Europa Central, de 10 a 12 e de 18 a 24 na Europa de Leste. Deste modo, o céu apresentou-se em geral limpo, após as neblinas ou nevoeiros matinais, e houve pontualmente formação de geada.

Este cenário foi alternado pela passagem de depressões às quais por vezes estiveram associadas superfícies frontais, com a ocorrência de períodos de chuva ou aguaceiros. Houve queda de neve nos dias 6,7 e 14 nos pontos mais altos da Serra da Estrela, no dia 15 acima dos 700 metros, no dia 28 acima dos 500 m e no dia 29 ao nível médio do mar.

Os valores da quantidade de precipitação no mês de Janeiro variaram entre 13 mm em Figueira de Castelo Rodrigo (Beira Interior) e 101 mm em S. Brás de Alportel (Algarve) (Figura 1) e foram inferiores aos valores médios, excepto no Algarve onde foram próximos ou superiores ao valor médio. Em termos de percentagem, a quantidade de precipitação foi inferior a 40% em grande parte do território, sendo apenas superior a 80% no sotavento algarvio; nesta região o mês de Janeiro classificou-se como normal e seco a muito seco nas restantes regiões.

Nota: Para a análise da precipitação foram utilizadas 40 estações do INAG e 60 do IM.

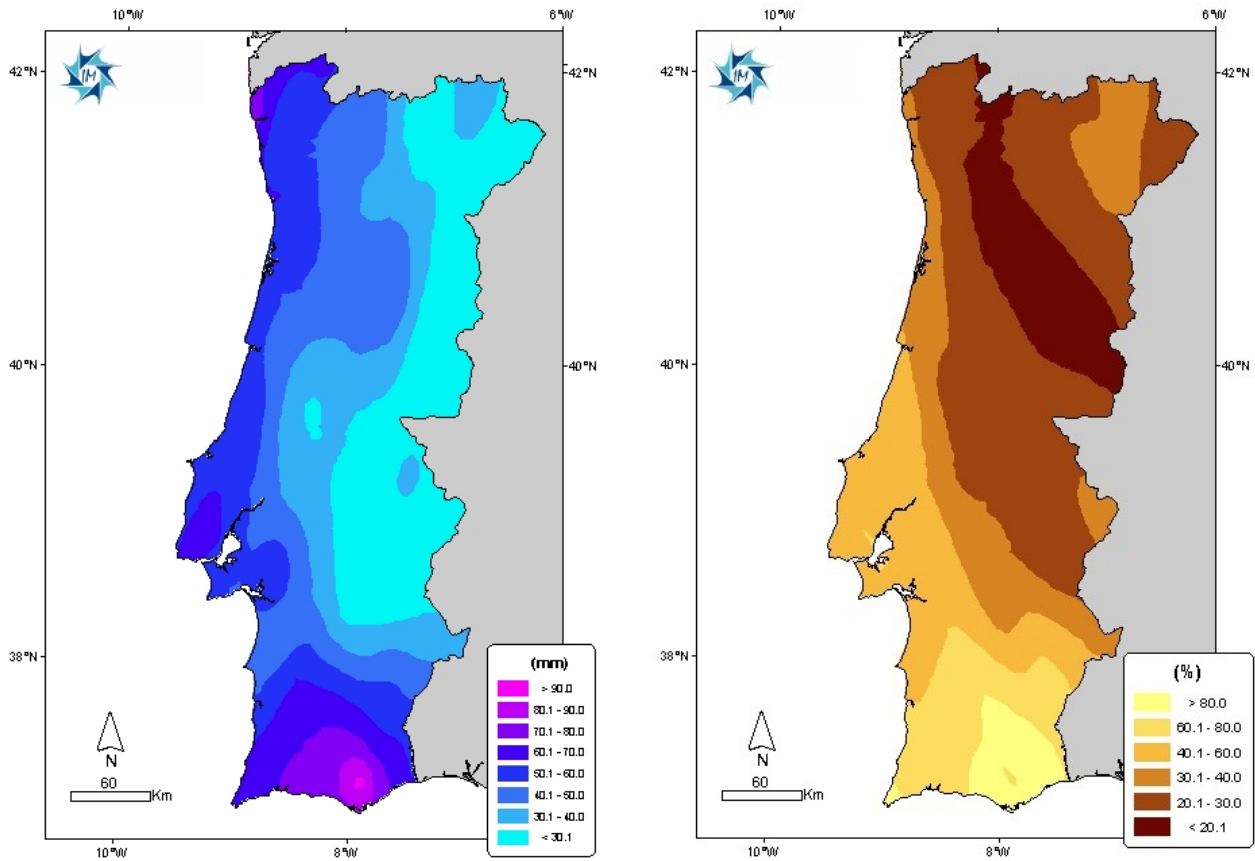


Figura 1 – Precipitação total em 31 Janeiro (esq.) e respectiva percentagem em relação à média 1961-90 (dir.)

(Fonte: IM)

Precipitação acumulada desde 1 de Outubro 2004

Os valores da quantidade de precipitação acumulada desde 1 de Outubro de 2005 até 31 de Janeiro 2006 (Figura 2) variaram entre 191 mm em Mirandela e 690 mm em Penhas Douradas. A percentagem da quantidade de precipitação acumulada, em relação aos valores médios, variou entre 55% em Castelo de Burgães (litoral Centro) e valores superiores a 100% em grande parte das regiões do Sul.

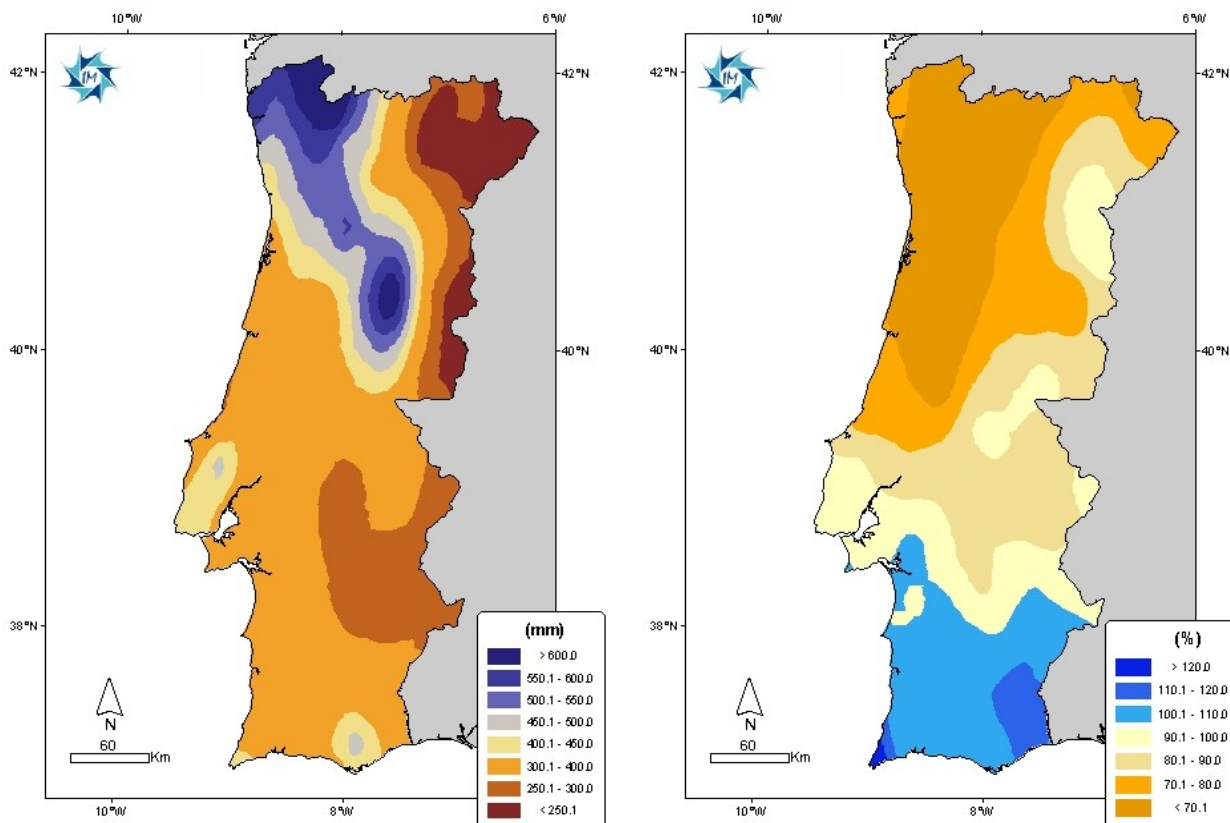


Figura 2 – Precipitação acumulada desde 1 Outubro 2005 – 31 Janeiro 2006 (esq.) e percentagem em relação à média (dir.)
(Fonte: IM)

O ano hidrológico 2004/2005 acabou com um grande deficit de precipitação em todo o território continental. A precipitação acumulada desde 1 de Outubro 2004 a 31 de Janeiro 2006, ainda que superior ao respectivo valor médio apenas em parte do território, não é suficiente para compensar o deficit acumulado do ano anterior. Em 16 meses, com início em 1 de Outubro de 2005, a quantidade de precipitação acumulada é ainda inferior ao valor médio do ano hidrológico em quase todo o território, apenas nalgumas zonas do Algarve é superior (Martim Longo), como representado nos gráficos em anexo (Anexo I).

Em anexo (Anexo I) apresentam-se igualmente, para algumas estações, os valores da quantidade de precipitação de 1 de Outubro 2004 a 31 de Janeiro 2006, os valores acumulados neste período e normal do ano hidrológico (gráficos da esquerda); nos gráficos da direita representa-se a precipitação mensal, a precipitação acumulada no período de 1 de Outubro a 31 de Janeiro 2006 e normal acumulada neste período.

De referir que os valores acumulados da quantidade de precipitação neste ano hidrológico 2005/2006 já estão em quase todo o território abaixo do valor da normal acumulada (Anexo I).

1.2. Índice Meteorológico de Seca (PDSI)

Em 31 de Janeiro de 2006, e segundo o índice meteorológico de seca PDSI¹ (Figura 3 e Tabela 1) 92% do território permanece em situação de seca com intensidade fraca a moderada. É de realçar que em relação a 15 de Janeiro, houve um ligeiro aumento da seca moderada no Alentejo e no nordeste Transmontano e o final da classe de chuva fraca no litoral Norte e no distrito da Guarda.

Tabela 1 – Percentagem de território afectado pela seca

PDSI	% de território afectada	
	31 Janeiro 06	15 Janeiro 06
Chuva fraca	0	4
Normal	8	9
Seca fraca	83	82
Seca moderada	9	5
Seca severa	0	0
Seca extrema	0	0

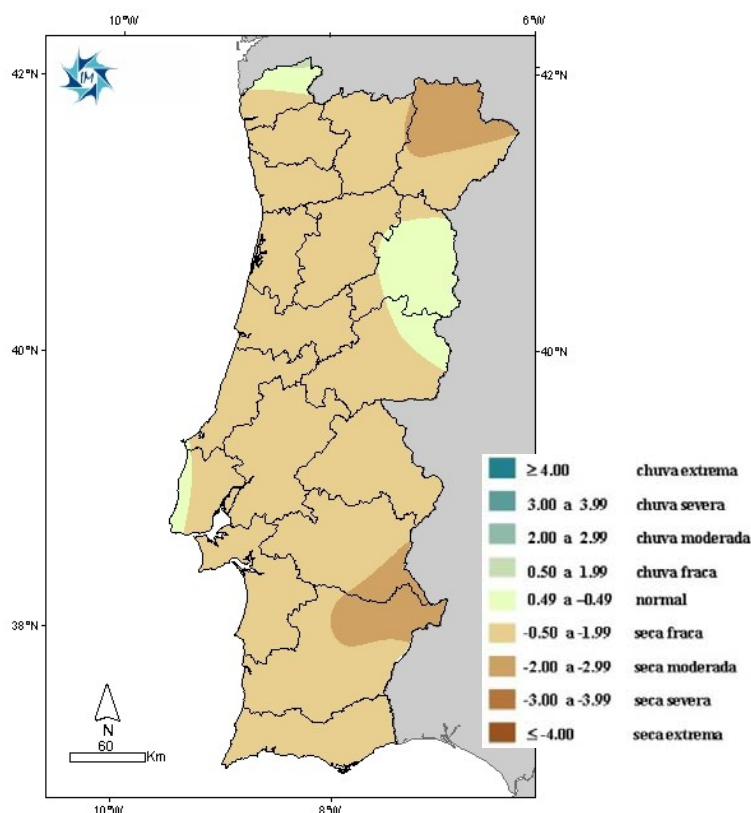


Figura 3 – Distribuição espacial do Índice de Seca em 31 de Janeiro de 2006

(Fonte: IM)

¹ PDSI - Palmer Drought Severity Index - Índice que se baseia no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo; permite detectar a ocorrência de períodos de seca e classifica-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).

1.3. Teor de Água no Solo²

A Figura 4 representa os valores em percentagem de água no solo em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas, que em 31 de Janeiro de 2006, eram inferiores ou próximos aos respectivos valores médios nas regiões do Norte e superiores nas restantes regiões e variavam entre 82% e 100%.

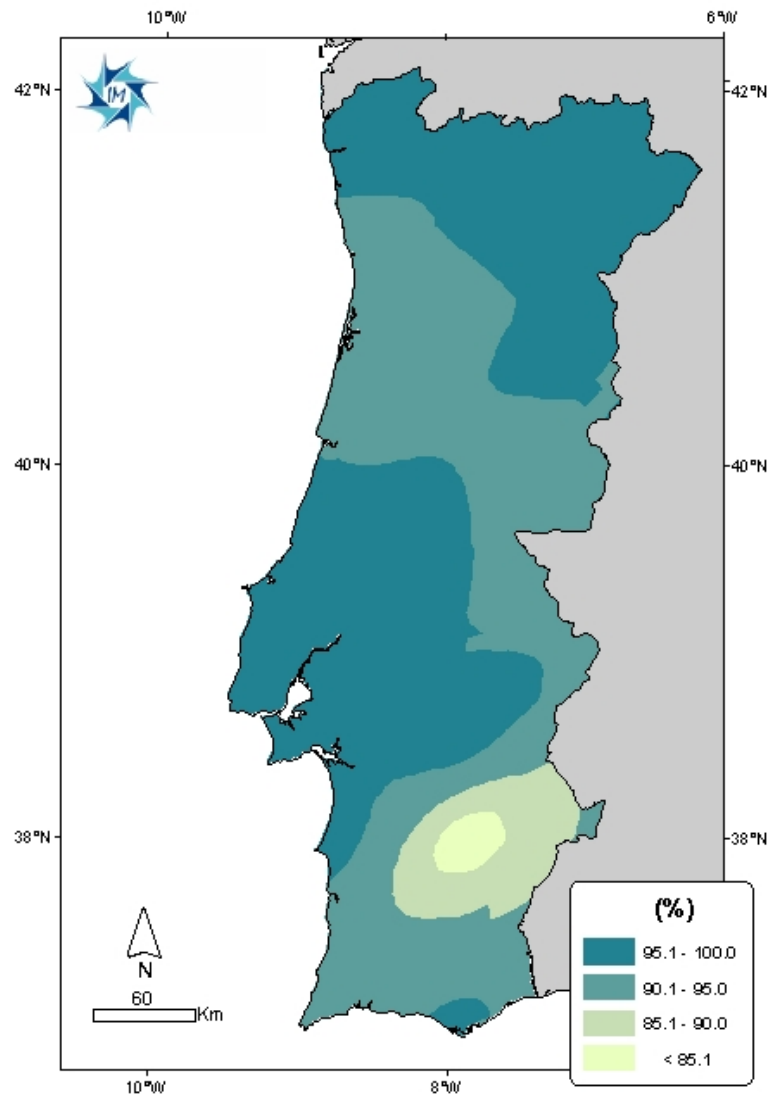


Figura 4 – Percentagem de água no solo em 31 de Janeiro de 2006

(Fonte: IM)

² Método de Thornthwaite-Mather

1.4. Evolução Provável da Situação Meteorológica

Previsão mensal do estado do tempo no Continente

Ao longo das próximas quatro semanas prevê-se que precipitação total semanal seja superior ao normal com excepção da semana de 06/02 a 12/02 na região Sul, onde não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo.

Para a temperatura média semanal prevêem-se valores superiores ao normal em todo o território nas semanas de 30/01 a 05/02 e 06/02 a 12/02.

Previsão sazonal do estado do tempo no Continente

Para o trimestre Fevereiro, Março e Abril de 2006 a precipitação apresenta uma tendência para ser superior ao normal. Há ausência total de sinal com significado estatístico relativamente à temperatura média.

Cenários de evolução para o mês de Fevereiro 2006

Para analisar a evolução da situação é possível efectuar cenários utilizando o índice PDSI tendo em conta a ocorrência de determinados valores da quantidade de precipitação. Assim tendo em conta a actual situação em Janeiro, consideram-se três cenários possíveis da precipitação no mês de Fevereiro de 2006.

- ▶ **Cenário 1:** A precipitação ser inferior à normal com valores que só são atingidos em 20% dos anos (Decil 2).
- ▶ **Cenário 2:** A precipitação ser igual ao valor correspondente à probabilidade de ocorrência de 50% (Decil 5).
- ▶ **Cenário 3:** A precipitação ser superior à normal com valores que só são atingidos em 20% dos anos (Decil 8).

No Cenário 1 quase todo o território passaria a estar em situação de seca fraca a moderada, excepto numa pequena zona do interior Centro e do Minho. De realçar nesta situação o aumento de área em seca moderada.

No Cenário 2 a situação de seca terminaria em parte das regiões do Norte, do interior Centro e litoral Oeste, passando a uma situação normal; nas restantes regiões a situação manter-se-ia em seca fraca.

No Cenário 3 a situação de seca terminaria em quase todo o território.

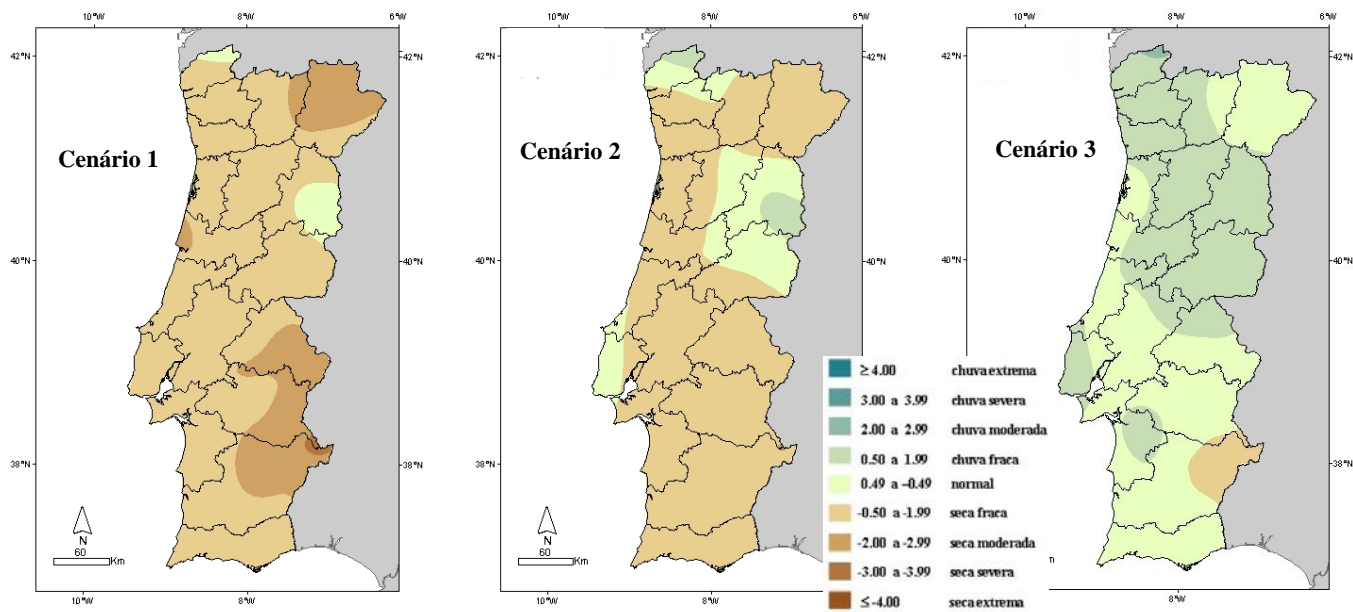


Figura 5 – Distribuição espacial do Índice de Seca para os três cenários em Fevereiro 2006

(Fonte: IM)

1.5. Avaliação do Escoamento Superficial

A análise ao escoamento é feita com base em 58 estações distribuídas pelas Bacias Hidrográficas de Portugal Continental. A média foi estimada considerando o período compreendido entre o início de funcionamento e 1989/90.

Entre as estações hidrométricas monitorizadas 9 registaram variação positiva, 24 negativa e 1 não sofreu alteração de caudal modular (tabela 2).

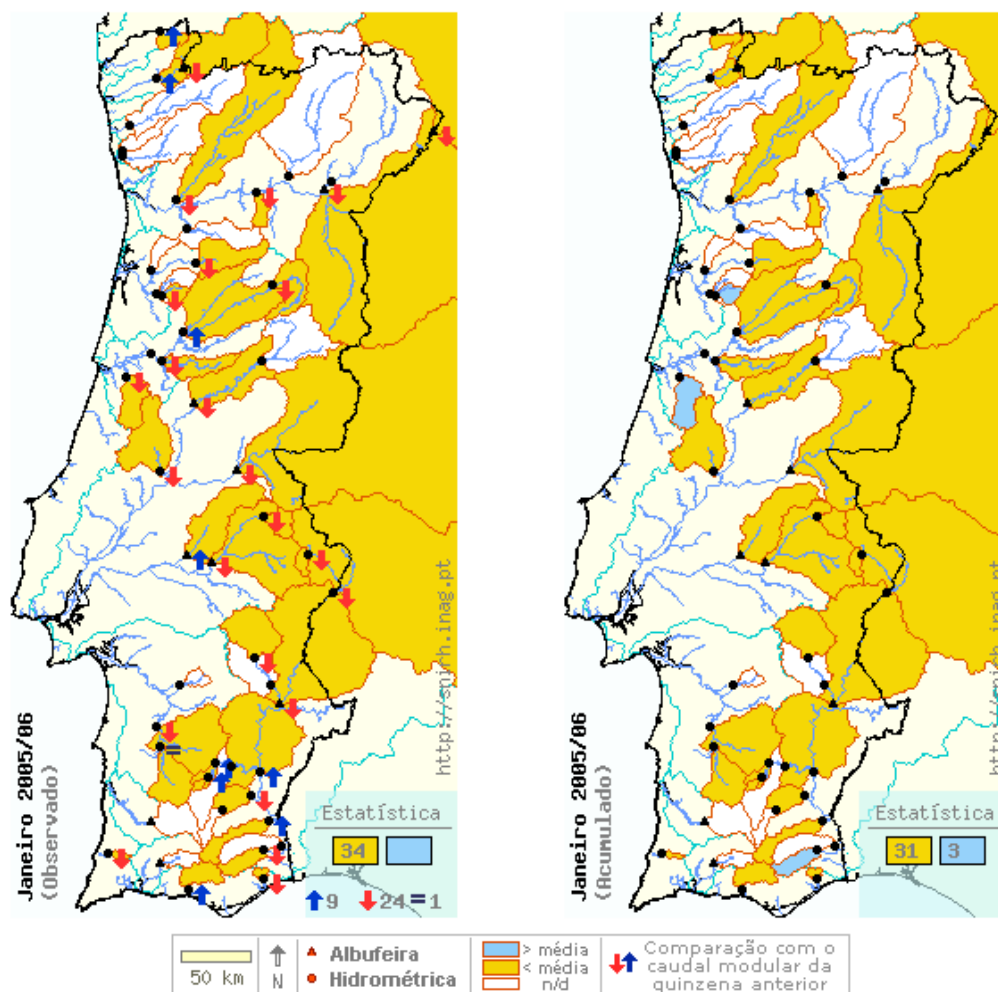


Figura 6

Tabela 2 – Avaliação do Escoamento

Estação	Bacia	Dezembro		Janeiro		Variação (%)	
		Q _{modular} (m ³ /s)	Escoamento (dam ³)	Q _{modular} (m ³ /s)	Escoamento (dam ³)		
Albufeira Miranda	Douro	145.013	388 403	108.673	291 071	-25.1	↓
Albufeira Pocinho	Douro	210.528	563 878	138.833	371 851	-34.1	↓
Albufeira Torrão	Douro	39.218	105 042	34.835	93 301	-11.2	↓
Quinta Castelo Borges	Douro	0.413	1 107	0.369	989	-10.7	↓
Albernoa	Guadiana	0.335	898	0.558	1 494	66.6	↑
Albufeira Alqueva	Guadiana	14.915	39 947	10.678	28 600	-28.4	↓
Entradas	Guadiana	0.103	277	0.224	599	>100	↑
Monte Fortes	Guadiana	4.455	11 931	3.373	9 033.72	-24.3	↓
Monte Vinha	Guadiana	10.236	27 417	8.513	22 801	-16.8	↓
Oeiras	Guadiana	1.736	4 649	1.627	4 357	-6.3	↓
Ponte Algalé	Guadiana	0.261	698	0.122	326	-53.3	↓
Pulo Lobo	Guadiana	15.921	42 642	21.344	57 167	34.1	↑
Vascão	Guadiana	2.015	5 398	2.345	6 280	16.4	↑
Vendinha	Guadiana	0.52	1 392.06	0.077	205.7	-85.2	↓
Albufeira Alto Lindoso	Lima/Neiva	31.934	85 532	20.994	56 229	-34.3	↓
Ponte Barca	Lima/Neiva	30.412	81 455	37.543	100 555	23.4	↑
Foz Mouro (INAG)	Minho/Ancora	204.579	547 945	243.659	652 615	19.1	↑
Albufeira Aguieira	Mondego	10.795	28 914	28.869	77 323	>100	↑
Ponte Cabouco	Mondego	5.881	15 751	1.784	4 777	-69.7	↓
Ponte Juncais	Mondego	7.632	20 441	3.219	8 621	-57.8	↓
Ponte Mocate	Mondego	12.213	32 712	10.979	29 406	-10.1	↓
Cerca Pomares/Ponte Pereiro	Rib. Algarve	0.223	598	0.029	77	-87	↓
Curral Boieiros	Rib. Algarve	0.565	1 512	0.35	937	-38.1	↓
Ponte Rodoviária	Rib. Algarve	0.069	186	0.637	1 706	>100	↑
Moinho Gamitinha	Sado	4.557	12 206	2.642	7 076	-42	↓
Ponte Alvalade - Sado	Sado	0	0	0	0	0	▬
Albufeira Cabril	Tejo	55.803	149 463	28.512	76 366	-48.9	↓
Albufeira Fratel	Tejo	107.305	287 406	35.917	96 200	-66.5	↓
Albufeira Maranhão	Tejo	9.212	24 673	5.432	14 548	-41	↓
Albufeira Montargil	Tejo	6.15	16 472	7.136	19 112	16	↑
Couto Andreiros	Tejo	0.736	1 972	0.351	941	-52.3	↓
Fábrica Matrena	Tejo	4.955	13 272	4.268	11 431	-13.9	↓
Ponte Redonda	Vouga	10.431	27 938	8.545	22 886	-18.1	↓
Ponte Vouzela	Vouga	2.954	7 911	0.781	2 092	-73.6	↓

2. SITUAÇÃO DAS RESERVAS DE ÁGUA

2.1. Avaliação das Reservas Hídricas Superficiais

Os volumes armazenados nas principais albufeiras do País registam um aumento em relação à quinzena anterior (Figura 7).

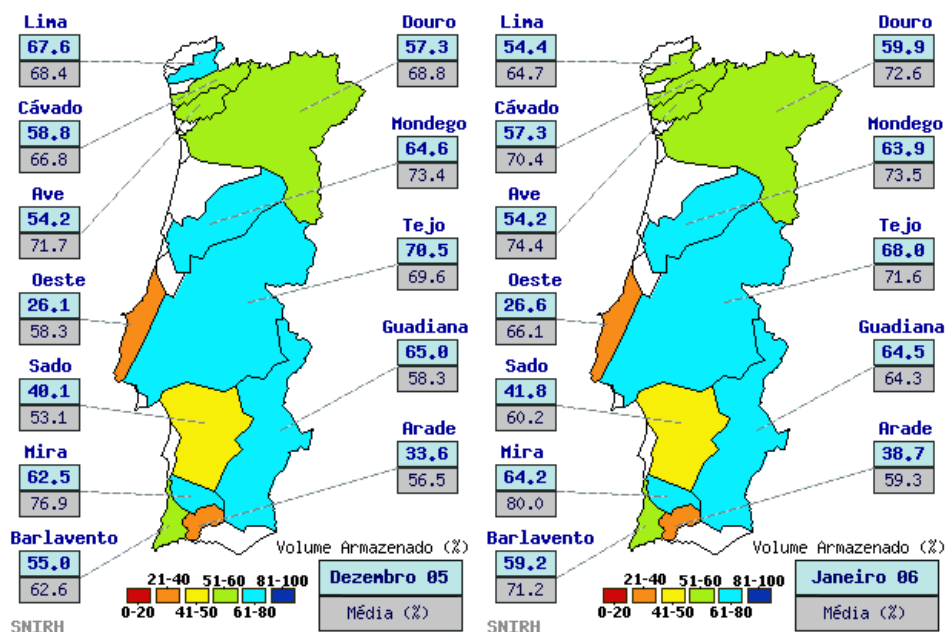


Figura 7 – Percentagem da capacidade total em Dezembro de 2005 (esq.) e Janeiro 2006 (drt.)

Como se pode observar pelos mapas, a evolução da situação no que se refere ao armazenamento de albufeiras agravou-se na bacia do Rio Lima e mantém-se muito abaixo da média nas Ribeiras do Oeste e Rio Arade, e ainda sem atingir os valores médios na bacia do Sado.

A situação na Bacia do Guadiana é mascarada pela capacidade da albufeira do Alqueva que ainda não é origem de água para utilizações consumptivas, pelo que se apresenta os mesmos mapas (Figura 8), excluindo o armazenamento desta albufeira.

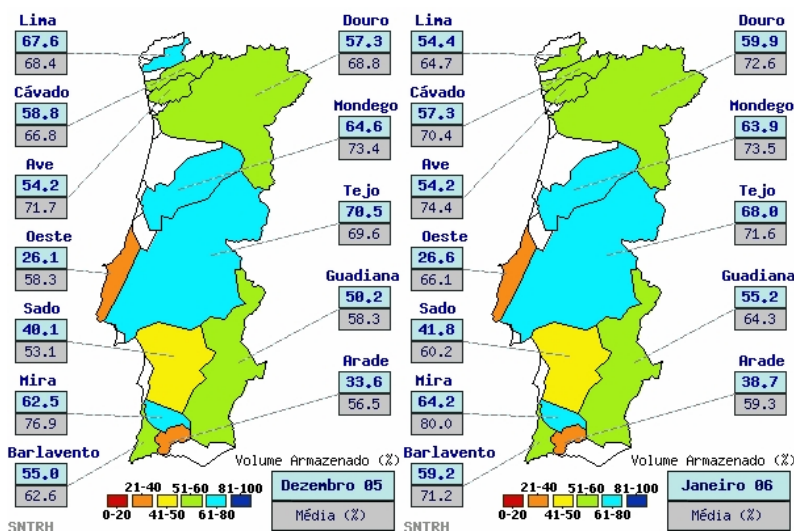
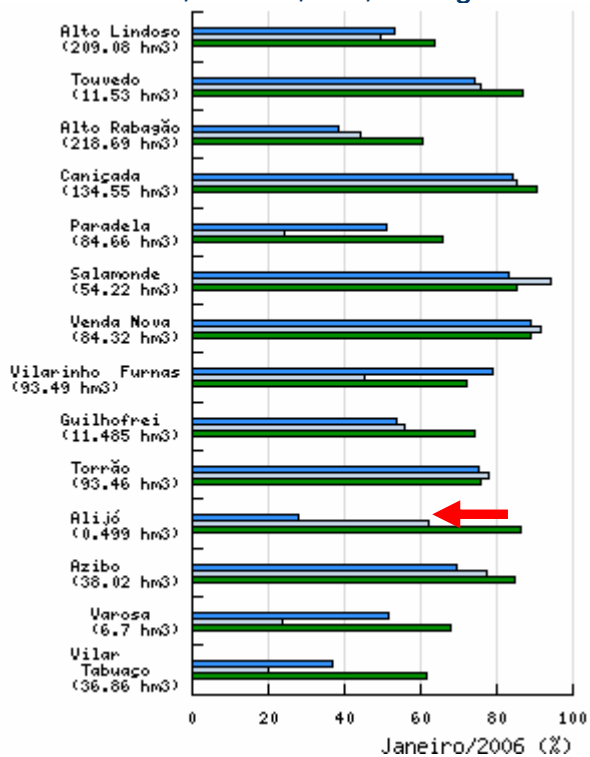
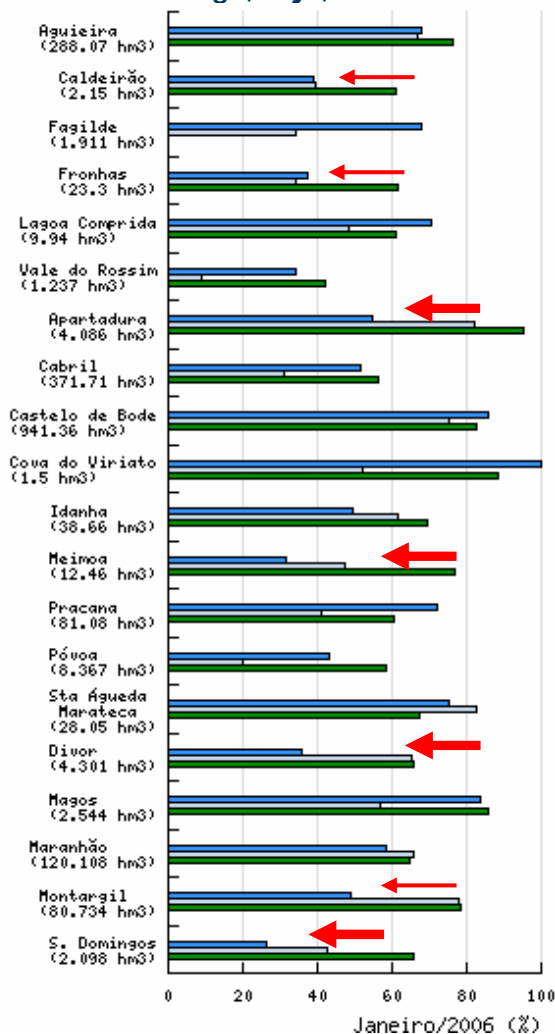


Figura 8 – Percentagem da capacidade total em Dezembro de 2005 (esq.) e Janeiro 2006 (drt.) na Bacia do Guadiana excluindo a albufeira de Alqueva.

Bacias do Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Douro

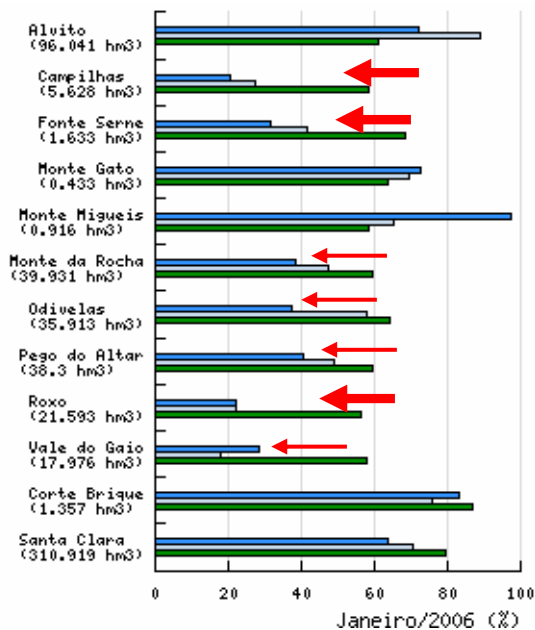


Bacias do Mondego, Tejo, Sorraia e Oeste

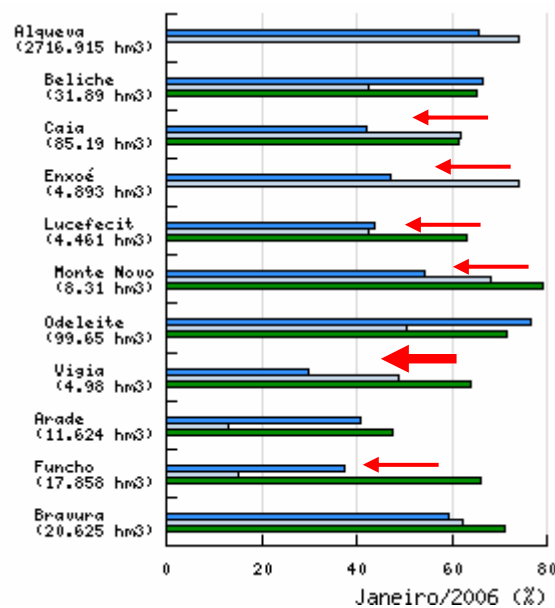


← Situação muito crítica
← Situação crítica

Bacias do Sado e Mira



Bacias do Guadiana, Arade e Ribeiras do Barlavento



■ 2005/06 ■ 2004/05 ■ Média 1990/2000

Figura 9 – Situação de armazenamento em Janeiro do ano hidrológico 2005/2006 nas principais bacias hidrográficas em relação à média no mesmo período e discriminada pelas principais albufeiras.

2.2. Avaliação das Reservas Hídricas Subterrâneas

O acompanhamento da evolução do nível nos aquíferos, para efeitos do programa de avaliação da seca, é feito em 27 piezómetros (ver mapa), seleccionados pelas CCDR's, dos sistemas aquíferos do Algarve (11) e Alentejo (7) e, ainda, Lisboa e Vale do Tejo (4) e Centro (5).

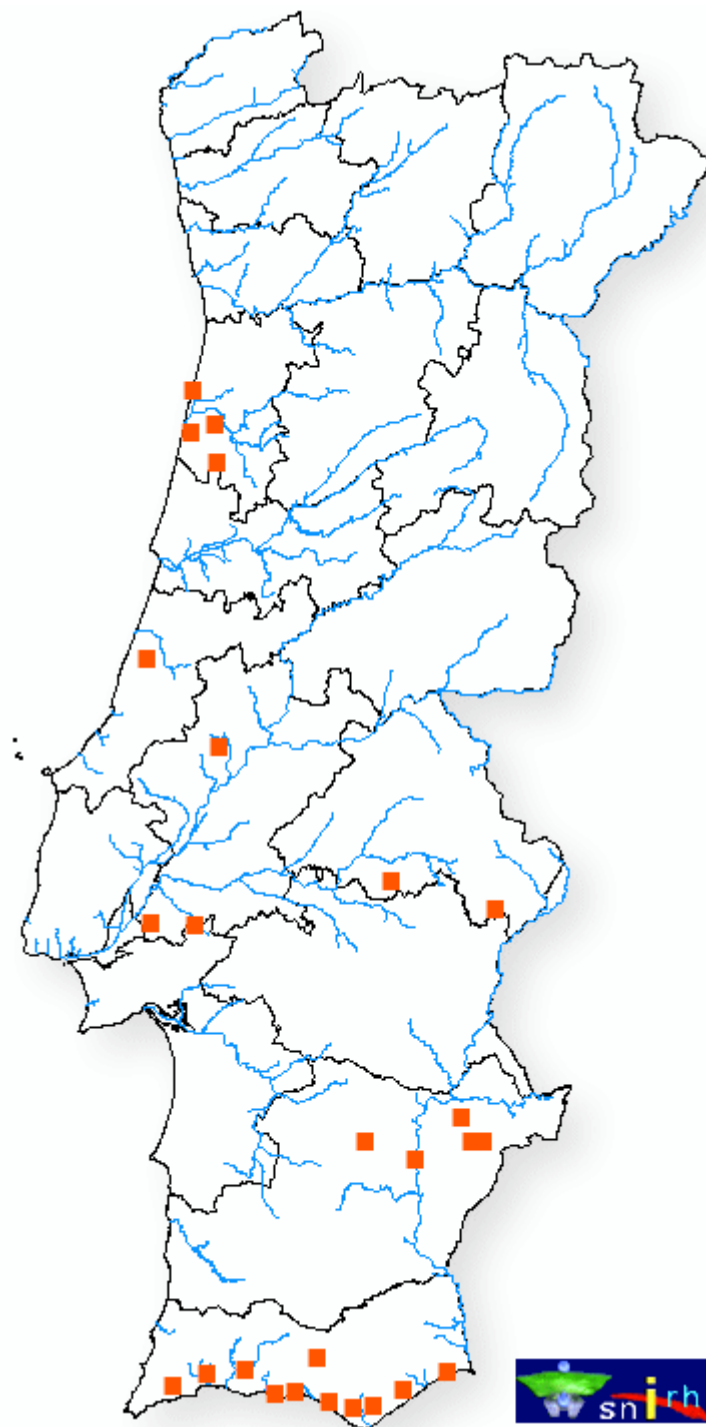


Figura 10

Nas figuras em anexo (Anexo II) reproduzem-se as variações nos pontos seleccionados que se resumem da seguinte maneira:

Região Centro

Verifica-se, em Janeiro, uma descida dos níveis piezométricos. Salienta-se que os valores registados no corrente ano hidrológico permanecem significativamente inferiores à média mensal dos anos anteriores.

Região Lisboa e Vale do Tejo

Em Janeiro, mantém-se a tendência de subida dos níveis piezométricos, encontrando-se os níveis próximos da média mensal dos anos anteriores.

Região Alentejo

Verifica-se, em Janeiro, uma estabilização dos níveis na generalidade dos piezómetros. Salienta-se que os valores observados no corrente ano hidrológico permanecem significativamente inferiores à média mensal dos anos anteriores.

Região Algarve

Em Janeiro, verifica-se uma ligeira subida dos níveis piezométricos na generalidade dos pontos observados. Salienta-se que os valores permanecem significativamente inferiores à média mensal dos anos anteriores, nos sistemas aquíferos do Barlavento Algarvio, em especial no sistema aquífero Querença-Silves.

3. DESENVOLVIMENTO DAS TAREFAS DE PREPARAÇÃO PARA UMA POSSÍVEL SITUAÇÃO DE SECA

No seguimento da reunião de balanço da Comissão para a Seca 2005 realizada no dia 17 de Janeiro no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, tendo em conta a situação de incerteza quanto a precipitações no primeiro trimestre do ano, acordou-se a continuação do acompanhamento da situação neste período através de um grupo de representantes das principais entidades com competências na área da gestão da água, elaborando para o efeito um relatório periódico simplificado e propostas de instrumentos para a gestão de um eventual prolongamento da situação de seca no ano civil de 2006.

Nesta mesma reunião foi feita uma avaliação da situação de seca no continente, região a região, aprovado o Relatório de Balanço e equacionadas as medidas de acompanhamento a realizar nos próximos meses.

Relativamente ao Algarve, tendo sido aprovadas as propostas do Relatório Quinzenal de 31 de Dezembro, a CCDR irá continuar a aplicar as restrições impostas até à data, isto é, não serão licenciados novos furos para rega na área de influência do aquífero Querença-Silves, a fiscalização manter-se-á reforçada e promover-se-ão acções de sensibilização. Quanto à restrição imposta às captações da empresa Águas do Algarve (AdA) no aquífero Querença-Silves em Vale da Vila, tendo-se verificado uma ligeira recuperação do aquífero devido à precipitação que se fez sentir nessa região do país, a mesma foi suspensa, optando-se assim por manter a água da albufeira do Funcho sem utilização de modo a constituir uma reserva estratégica para os próximos meses.

Na sequência do acompanhamento da situação de seca no mês de Janeiro, são de referir os trabalhos e empreitadas promovidas pela AdA, nomeadamente a interligação Barlavento-Sotavento, captações de Benaciate e aproveitamento da pré-ensecadeira da barragem de Odelouca, entre outras, não tendo sido possível executar a obra provisória prevista para a albufeira do Odeleite, dado que a água nesta albufeira submergiu o local previsto para o efeito. O IDRHa, por seu lado, concluiu a execução do primeiro furo e iniciou o processo para abertura de mais 3 no aquífero Luz-Tavira, a interligar com o sistema de distribuição de água para rega do perímetro hidroagrícola do Sotavento.

Em termos gerais, na região algarvia ocorreram valores de precipitação significativos que permitiram recuperar os níveis médios de armazenamento em albufeiras e aquíferos. Contudo, no que se refere aos aquíferos ainda se registam valores abaixo da média nos aquíferos Querença-Silves, Campina de Faro e Quelfes.

No que se refere à Região do Alentejo, a situação geral dos armazenamentos das albufeiras ronda os 50% do armazenamento, mantendo-se críticas as situações das albufeiras de Roxo, Vigia, Campilhas e Fonte Serne.

Outra situação crítica localiza-se no Nordeste Transmontano na área dos municípios de Vila Flor, Alijó, Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé e Vimioso onde as reservas de água para abastecimento urbano e rega não ultrapassam os 20% em termos gerais nas principais albufeiras da região, que são de pequena capacidade. A excepção à situação crítica de armazenamento são as das albufeiras do Azibo, Bastelos e Prada.

Tendo em conta as situações críticas das reservas de água em algumas regiões de Portugal Continental, foi promovida a realização da reunião plenária da Comissão de Gestão de Albufeiras no dia 24 de Janeiro, e na sua sequência a da Sub-Comissão Regional da Zona Norte no dia 27 de Janeiro, em Mirandela, na qual participaram a generalidade dos utilizadores das origens de água da região, entre eles, 18 Câmaras Municipais para além dos membros efectivos desta Sub-Comissão. Nesta reunião avaliou-se, para além da situação dos armazenamentos de água em albufeiras (Anexo III), a situação do estado de construção das barragens de Santa Justa, Armamar, Vale Madeiro, promovidas pela Direcção Regional de Agricultura. Decidiu-se que, para poder proceder-se ao enchimento das respectivas albufeiras, seriam estabelecidas as condições de realização em reuniões técnicas a realizar no dia 2 de Fevereiro com as principais entidades competentes. No que se refere à barragem de Vale Torno, a possibilidade do aproveitamento da ensecadeira para armazenar água com vista a mitigar os efeitos da seca será tratada em reunião agendada para o dia 9 de Fevereiro entre o INAG e os promotores da obra. O caso particular do concelho de Torre de Moncorvo foi tratado em reunião havida no dia 31 de Janeiro, na sequência do agendamento feito na reunião da Sub-Comissão. Uma das conclusões da reunião da Sub-Comissão foi o compromisso das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro de elaborarem Planos de Contingência para cada um dos concelhos da área da sua concessão afim de estarem concluídos até ao final do mês de Fevereiro.

Quanto ao enquadramento institucional do acompanhamento da situação de seca, foi apresentada uma proposta de constituição de uma estrutura organizacional ao Governo, para vigorar até dia 31 de Março, no sentido de assegurar o normal funcionamento da gestão transitória da seca.

3.1. Especificações gerais para a elaboração de Planos de Contingência para situações de ruptura dos sistemas de abastecimento de água às populações, pecuária e regadio

A experiência adquirida ao longo da situação de seca registada em 2005 permitiu concluir que a definição, em Plano de Contingência, de um conjunto de medidas de carácter excepcional, devidamente acompanhada pela sua execução faseada, poderá constituir um instrumento útil à boa gestão dos escassos recursos hídricos disponíveis em condições meteorológicas/climáticas adversas. Assim, foi constituído um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de especificações gerais para Planos de Contingência o qual é composto pelas Águas de Portugal, Instituto da Água, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, Instituto de Meteorologia, Instituto Regulador de Águas e Resíduos e Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (*focal-point*).

Numa primeira fase, o Grupo considerou que as cerca de três dezenas de Planos de Contingência que os municípios e/ou entidades gestoras elaboraram durante 2005 constituíam uma boa base orientadora, pelo que procedeu à recolha e sistematização da informação disponível nesses mesmos Planos. Numa segunda fase, iniciou-se a elaboração de um guia orientador para a elaboração de Planos de Contingência, tendo como ponto de vista que esse documento deverá ser simples, maleável e de fácil consulta e definir claramente a cadeia de acções a executar, as quais deverão incidir tanto

sobre a oferta de água (através da construção de novas origens, da reactivação de origens de reserva ou abandonadas ou do transporte de água em auto-tanques) como sobre a procura (desde a redução voluntária de consumos não essenciais até às medidas de restrição do abastecimento público).

A proposta preliminar já elaborada, ou seja, um primeiro esboço do que poderá vir a ser o futuro documento orientador, constitui uma base para a discussão do Grupo de Trabalho, a qual deverá ter continuidade em Fevereiro (Anexo IV).

3.2. Bases gerais para a promoção de campanhas de sensibilização do uso da água em situações de seca de âmbito nacional, regional e local

Trabalho em elaboração.

3.3. Sistema simplificado de identificação, quantificação, tratamento e avaliação de dados e informações sobre as principais utilizações de água nas zonas de risco de seca

Foram elaboradas Fichas Metodológicas referentes às utilizações Abastecimento Urbano, Agricultura (Regadio e Pecuária), Actividades Turísticas (Golf e Aquaparques) e Energia para discussão entre os vários membros que constituem este Grupo de Trabalho (Anexo V), e que representam as seguintes entidades: Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, Direcção-Geral de Empresas, Direcção-Geral de Geologia e Energia, Águas de Portugal, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Instituto da Água (*focal-point*).

3.4. Definição de critérios e meios a utilizar no apoio técnico e financeiro às entidades com dificuldades técnicas e financeiras decorrentes da seca

Trabalho em elaboração.

3.5 Proposta de enquadramento institucional relativa à criação de um sistema permanente de previsão e acompanhamento de situações de seca.

Aguarda constituição do grupo e respectivo *focal point* que está dependente da aprovação da proposta de constituição de uma estrutura organizacional para acompanhar a situação de seca até 31 de Março, submetida ao Governo no dia 26 de Janeiro de 2006.

4. AVALIAÇÃO GERAL E CONCLUSÕES

Este é o 1º Relatório Mensal do acompanhamento transitório da situação de seca a vigorar até dia 31 de Março de 2006.

No capítulo 1 e respectivo anexo, caracterizam-se as componentes de índole natural, através das quais se manifesta o fenómeno da seca, e no capítulo 2 e respectivo anexo sistematiza-se a informação relativa às reservas de água em albufeiras e em aquíferos mais relevantes.

No capítulo 3, estão sistematizadas as tarefas de preparação para uma possível situação de seca e o seu estado de desenvolvimento, com o objectivo de, até ao final do primeiro trimestre de 2006, estar disponível um ponto de situação sobre as situações críticas, bem como os instrumentos para as entidades gestoras e da administração passarem à elaboração concreta das medidas a operacionalizar no início da primavera, nomeadamente os planos de contingência, o material da eventual campanha de sensibilização e o sistema de recolha de informação sobre as utilizações da água.

No que se refere à situação meteorológica, no final deste primeiro mês do ano, há a registar (em relação a 31 de Dezembro de 2005) o aumento da área em situação de seca assim como da intensidade: 92 % do território permanece em situação de seca com intensidade fraca a moderada; de referir ainda que os valores da quantidade de precipitação continuam inferiores aos valores médios.

Em matéria de reservas de água, constata-se que a evolução da situação no que se refere ao armazenamento de albufeiras agravou-se na bacia do Rio Lima e mantém-se muito abaixo da média nas Ribeiras do Oeste e Rio Arade e ainda sem atingir os valores médios na bacia do Sado. A situação na Bacia do Guadiana é mascarada pela capacidade da albufeira do Alqueva que ainda não é origem de água para utilizações consumptivas. Na região do Alentejo verifica-se que a situação geral dos armazenamentos das albufeiras ronda os 50% do armazenamento, mantendo-se críticas as situações das albufeiras de Roxo, Vigia, Campilhas e Fonte Serne.

Relativamente às reservas subterrâneas, à excepção da região centro onde se verifica uma ligeira descida dos níveis piezométricos, as restantes regiões apresentam estabilização ou mesmo subida dos níveis, salientando-se que os valores observados no corrente ano hidrológico permanecem significativamente inferiores à média mensal dos anos anteriores.

Em termos gerais, na região algarvia ocorreram valores de precipitação significativos que permitiram recuperar os níveis médios de armazenamento em albufeiras e aquíferos. Contudo, no que se refere aos aquíferos ainda se registam valores abaixo da média nos aquíferos Querença-Silves, Campina de Faro e Quelfes. Quanto à restrição imposta às captações da empresa Águas do Algarve (AdA) no aquífero Querença-Silves em Vale da Vila, tendo-se verificado uma ligeira recuperação do aquífero devido à precipitação que se fez sentir nessa região do país, a mesma foi suspensa, optando-se assim por manter a água da albufeira do Funcho sem utilização de modo a constituir uma reserva estratégica para os próximos meses.

Tendo em conta as situações críticas das reservas de água em algumas regiões de Portugal Continental, foi promovida a realização da reunião plenária da Comissão de Gestão de Albufeiras no dia 24 de Janeiro, e na sua sequência a da Sub-Comissão Regional da Zona Norte no dia 27 de Janeiro, em Mirandela, na qual participaram a generalidade dos utilizadores das origens de água da

região, entre eles, 18 Câmaras Municipais para além dos membros efectivos desta Sub-Comissão. Nesta reunião avaliou-se, para além da situação dos armazenamentos de água, a situação do estado de construção das barragens de Santa Justa, Armamar, Vale Madeiro, promovidas pela Direcção Regional de Agricultura. Decidiu-se que, para poder proceder-se ao enchimento das respectivas albufeiras de modo a poder ainda armazenar alguma água durante o primeiro semestre de 2006, seriam estabelecidas as condições de realização em reuniões técnicas a realizar no dia 2 de Fevereiro com as principais entidades competentes. No que se refere à barragem de Vale Torno, a possibilidade do aproveitamento da ensecadeira para armazenar água com vista a mitigar os efeitos da seca será tratada em reunião agendada para o dia 9 de Fevereiro entre o INAG e os promotores da obra. O caso particular do concelho de Torre de Moncorvo foi tratado em reunião havida no dia 31 de Janeiro, na sequência do agendamento feito na reunião da Sub-Comissão. Uma das conclusões da reunião da Sub-Comissão foi o compromisso das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro de elaborarem Planos de Contingência para cada um dos concelhos da área da sua concessão afim de estarem concluídos até ao final do mês de Fevereiro.

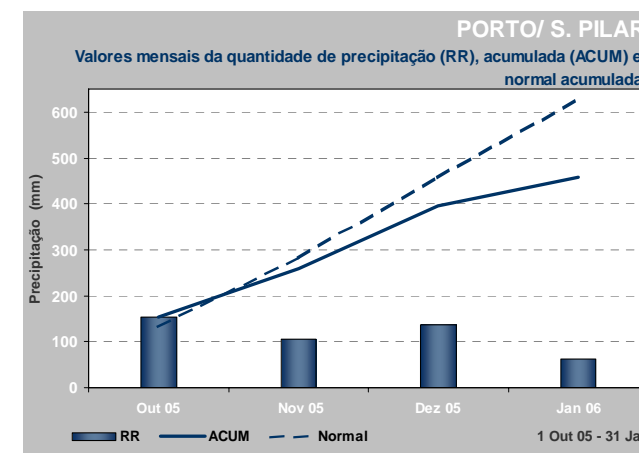
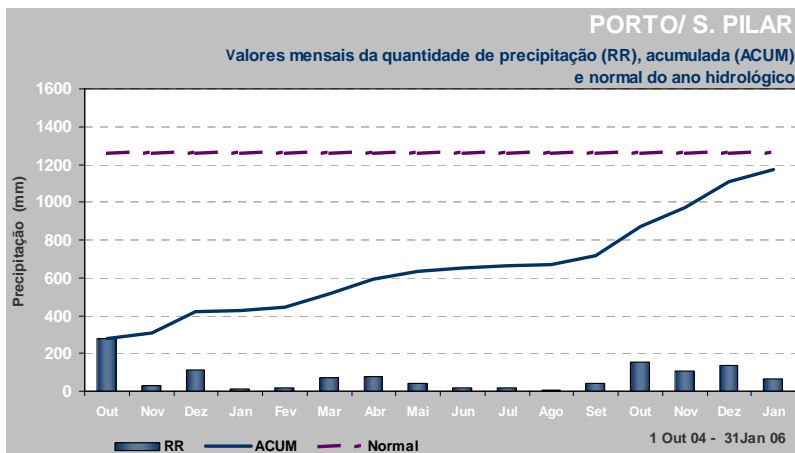
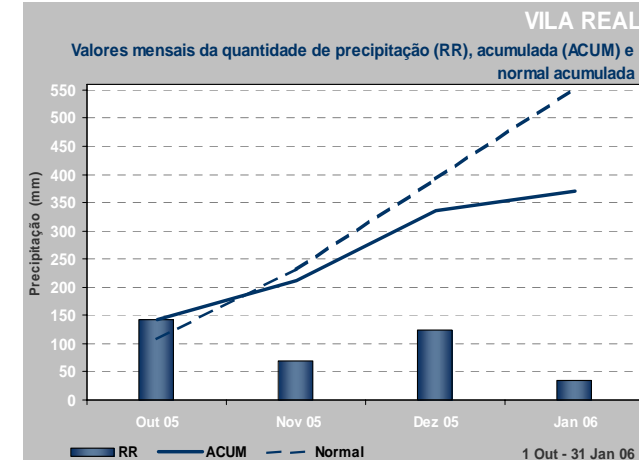
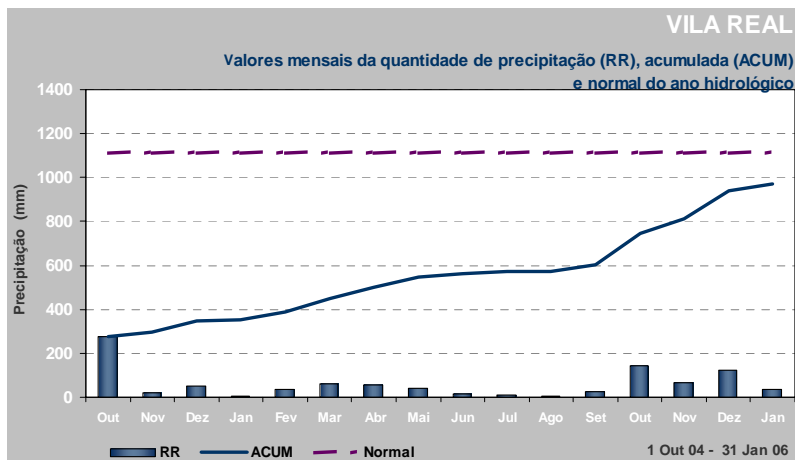
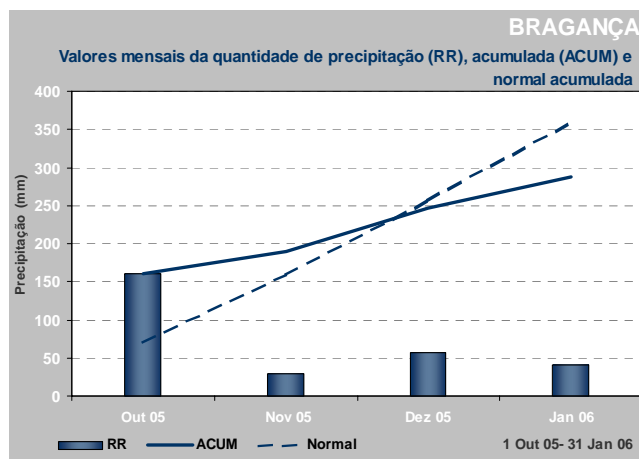
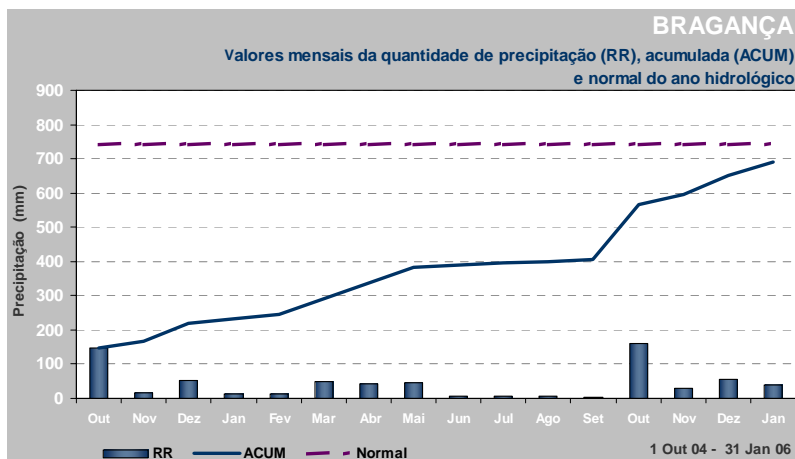
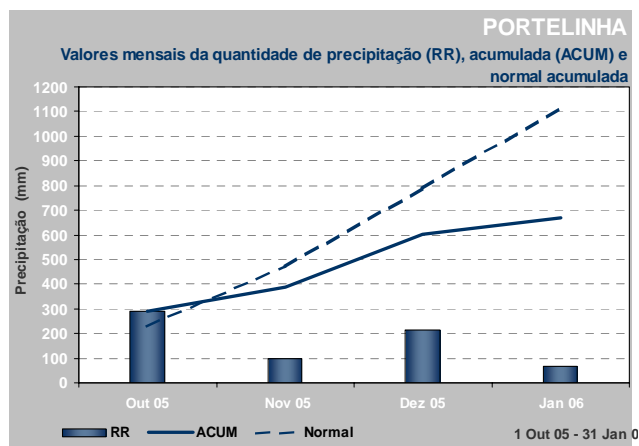
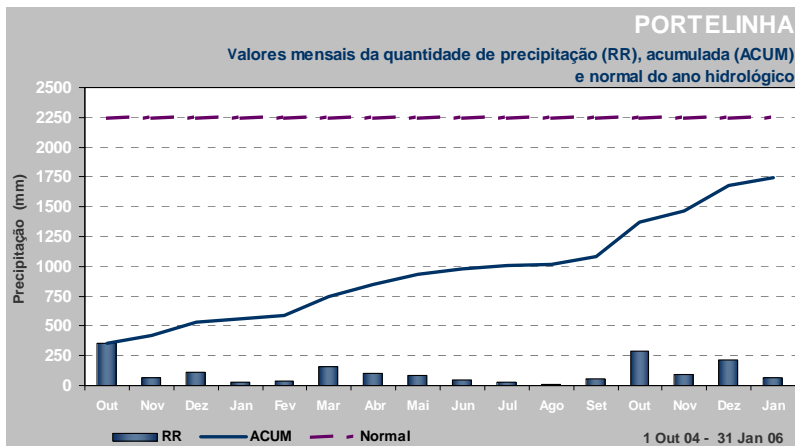
Quanto ao enquadramento institucional do acompanhamento da situação de seca, foi apresentada uma proposta de constituição de uma estrutura organizacional ao Governo, para vigorar até dia 31 de Março, no sentido de assegurar o normal funcionamento da gestão transitória da seca, na sequência da decisão tomada na reunião de Balanço da Comissão para Seca 2005, que também deverá propor os instrumentos de operacionalização de algumas medidas propostas no Relatório de Balanço.

ANEXOS

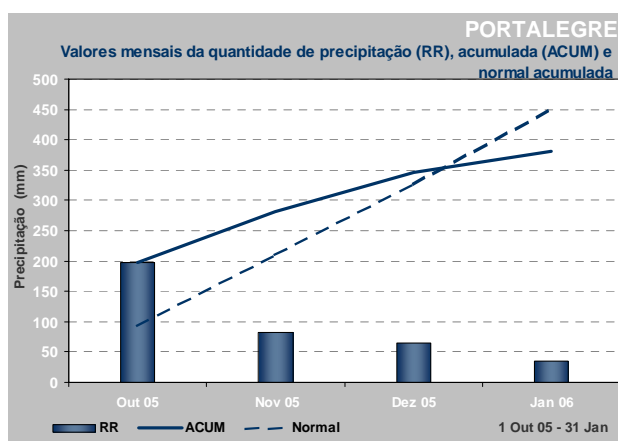
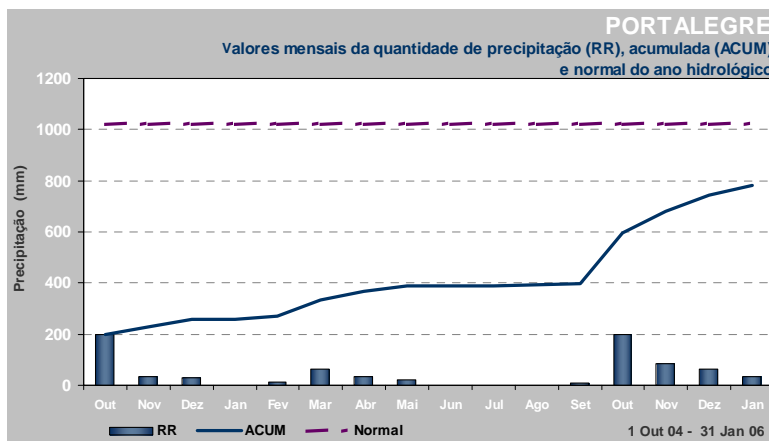
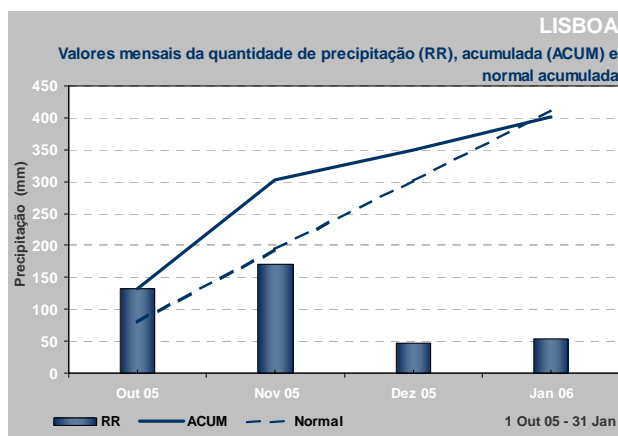
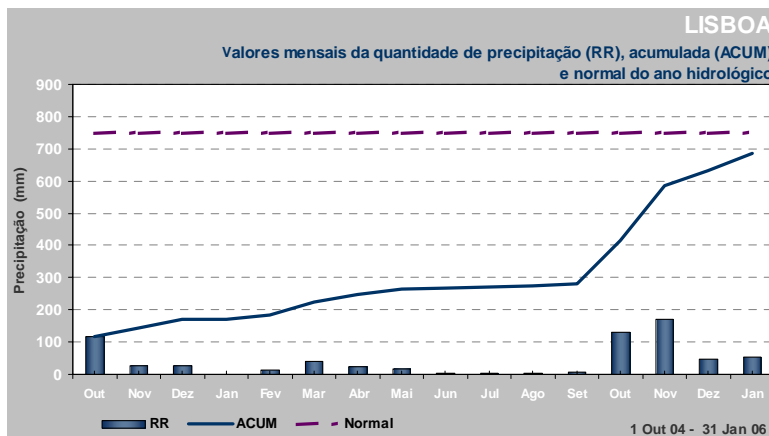
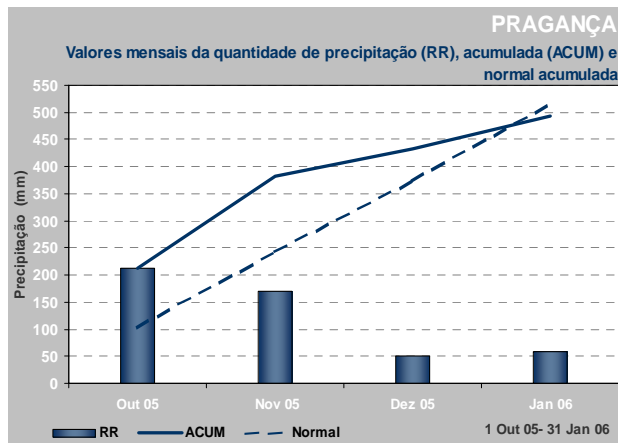
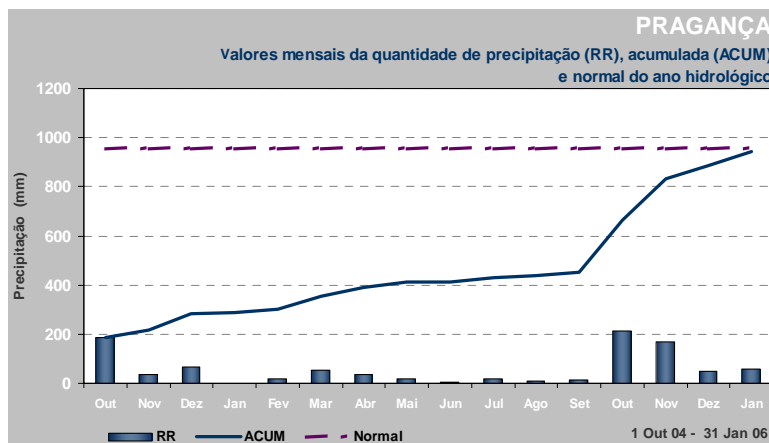
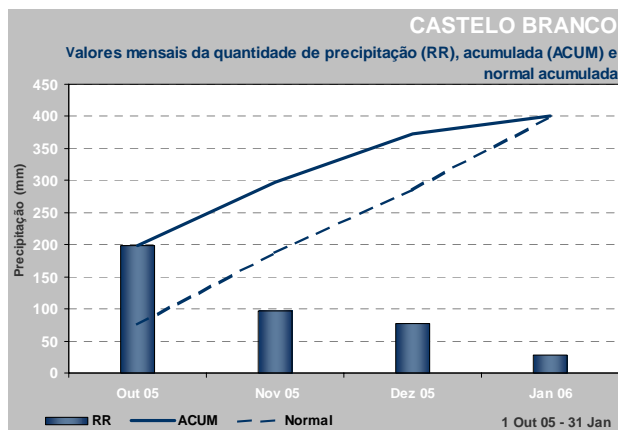
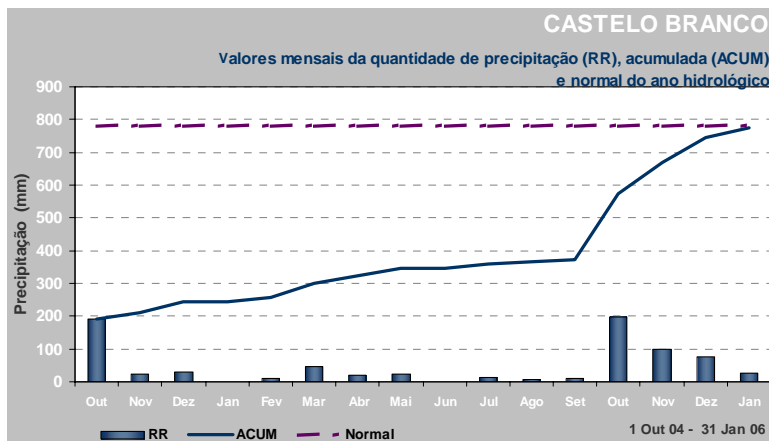
**Anexo I – VALORES DA QUANTIDADE DE PRECIPITAÇÃO E % EM RELAÇÃO
À MÉDIA (1961-90)
(Fonte: IM e INAG)**

Estação	Precipitação 1–31 Jan 06 mm	Precipitação Acumulada 1 Out. 05 – 31 Jan. 06	
		mm	%
Portelinha	64.7	668	60
Deilão	28.9	210	57
Travancas	21.9	289	81
Bragança	40.9	287	80
Pte. da Barca	52.7	612	74
Pte. de Lima	56.0	519	63
Viana do Castelo	75.6	592	80
Barcelos	47.6	486	61
Mirandela	26.0	191	82
Sta Marta da Montanha	51.4	471	58
Folgares	21.3	252	85
Vila Real	34.0	371	67
Porto/S.Pilar	62.3	458	73
Escalhão	18.9	260	101
Castro Daire	41.2	595	72
Pega	14.7	254	61
Penhas Douradas	50.9	690	76
Covilhã	37.5	614	68
Coimbra	42.7	342	69
Soure	45.2	307	67
Castelo Branco	27.2	400	100
Vila Velha de Rodão	24.9	377	93
Alvega	31.1	345	97
Abrantes	30.3	322	86
Castelo de Vide	29.7	337	80
Portalegre	34.6	381	84
Pragança	59.0	493	96
B. Magos	42.8	312	85
B.Caia	21.9	249	96
S.Julião do Tojal	68.2	406	96
Lisboa	53.1	402	98
Évora	19.9	323	101
Viana do Alentejo	25.6	285	82
Grândola	38.3	329	92
Beja	39.7	292	95
Alvalade	60.3	359	116
Serpa	48.2	293	109
Relíquias	64.1	389	104
Martim Longo	61.9	358	122
B. Bravura	64.7	393	94
S. Brás de Alportel	101.2	523	95
Faro	75.9	369	114
Sagres	70.1	416	144

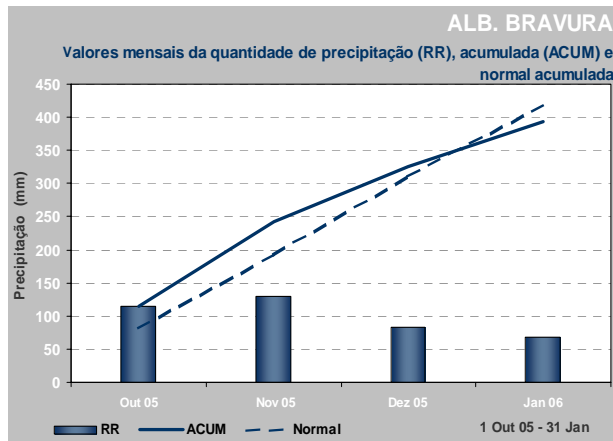
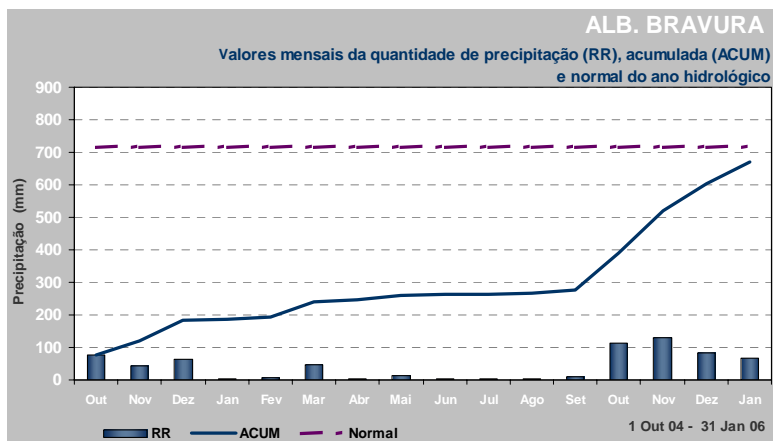
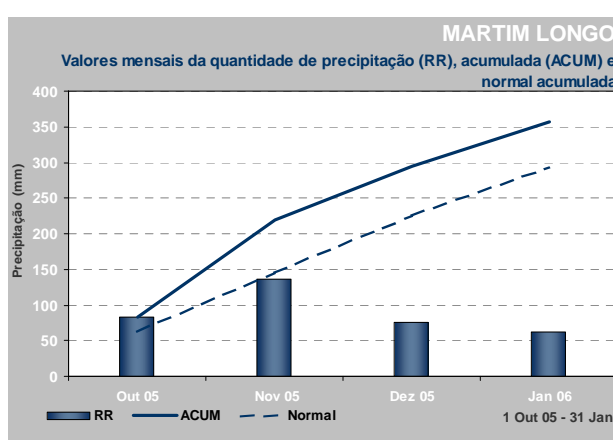
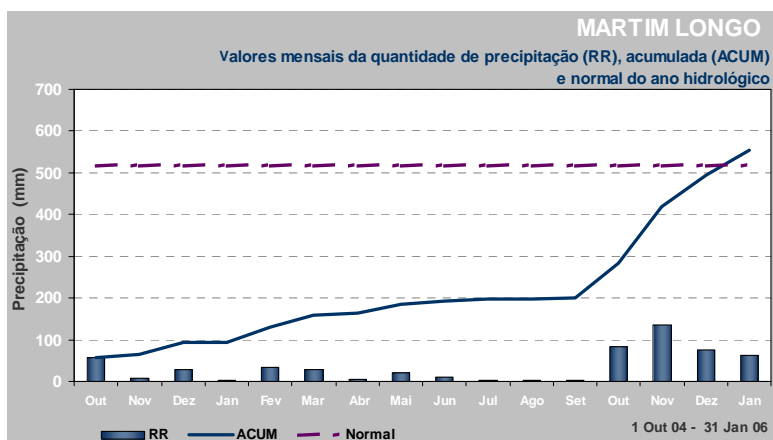
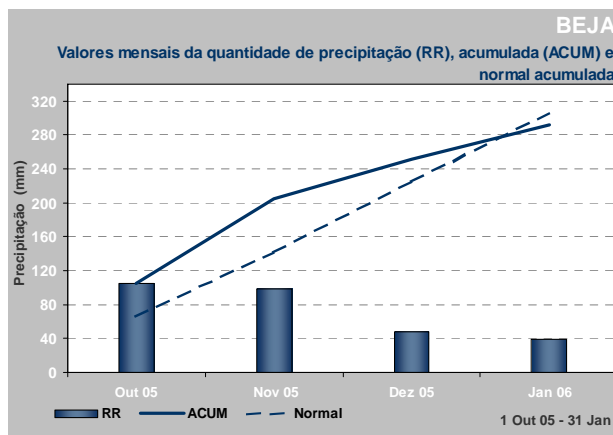
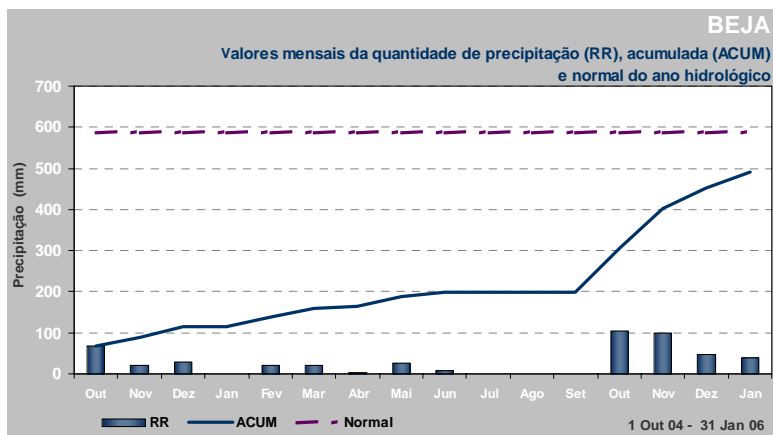
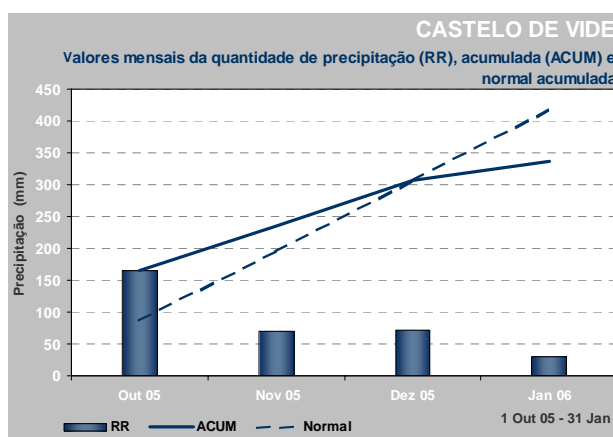
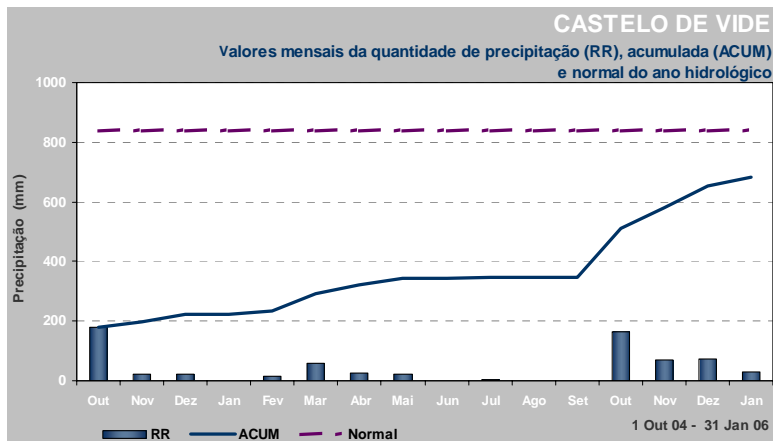
Valores da quantidade de precipitação, acumulada mensal e normal acumulada



Valores da quantidade de precipitação, acumulada mensal e normal acumulada

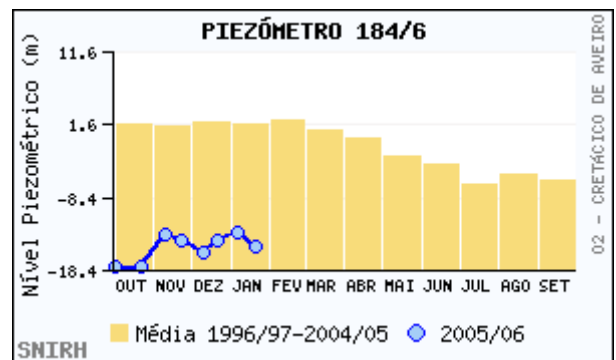
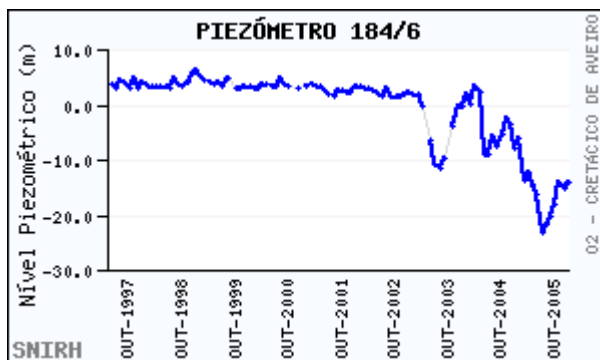
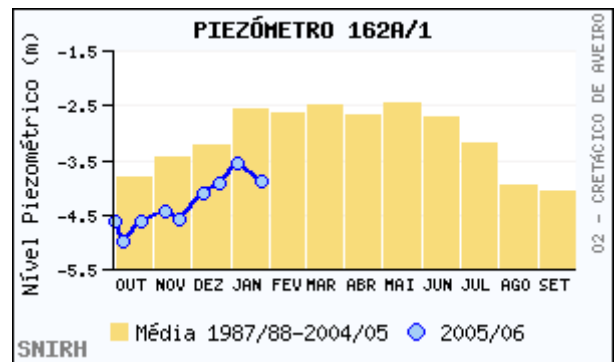
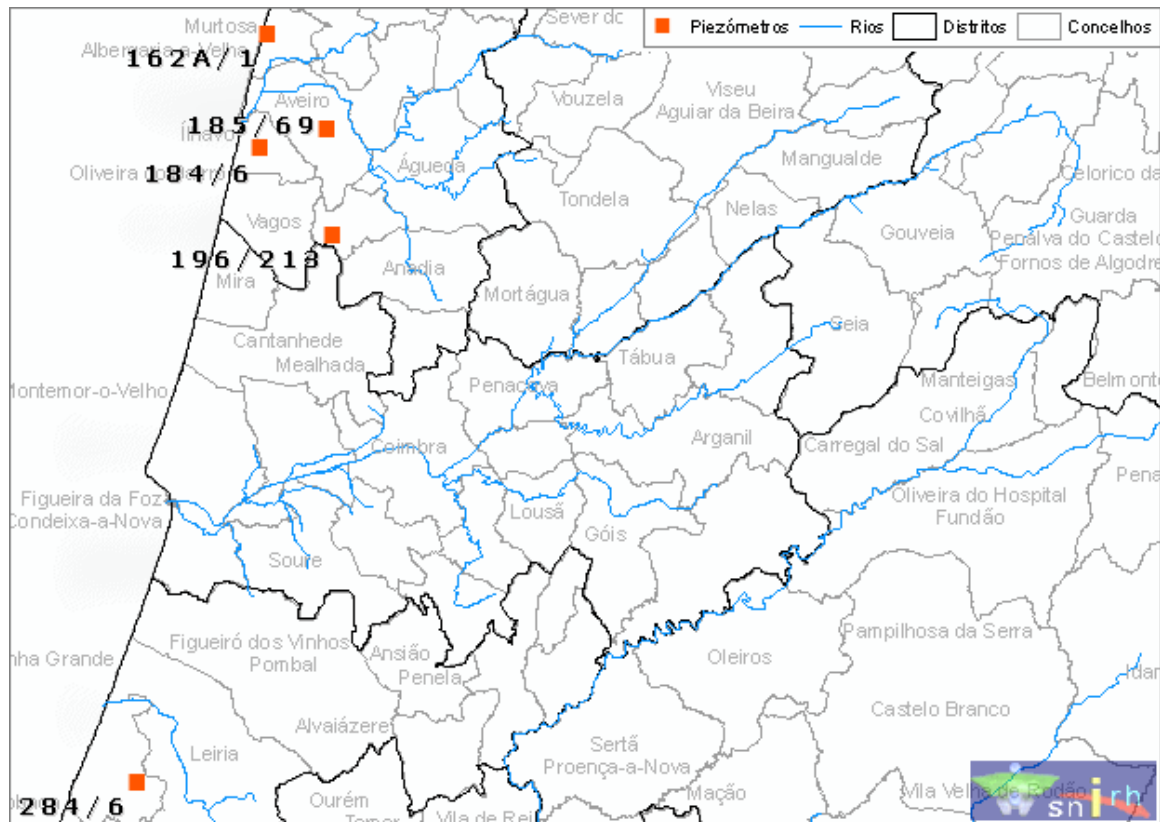


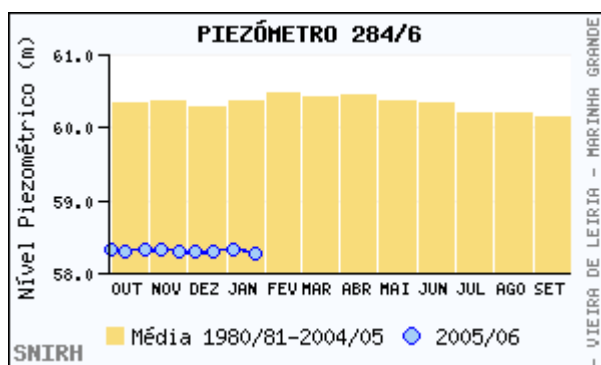
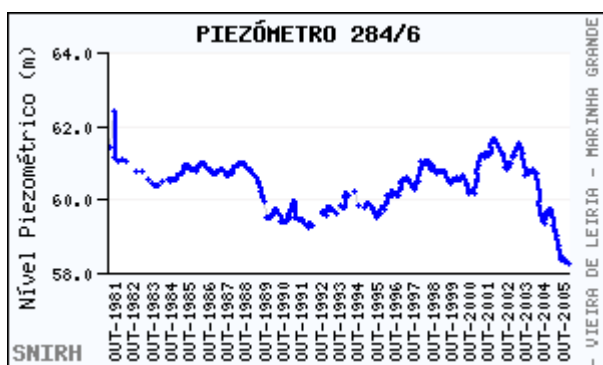
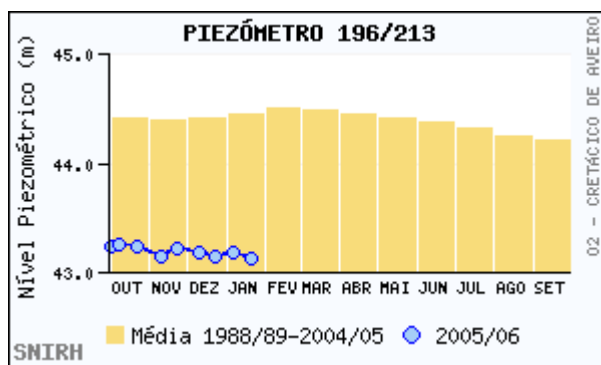
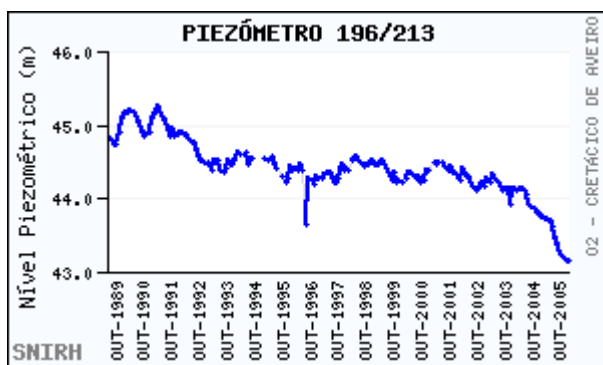
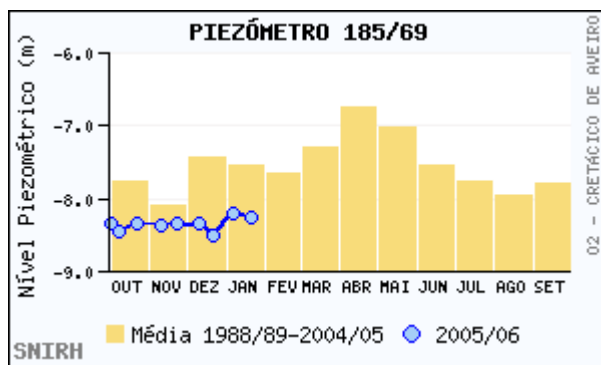
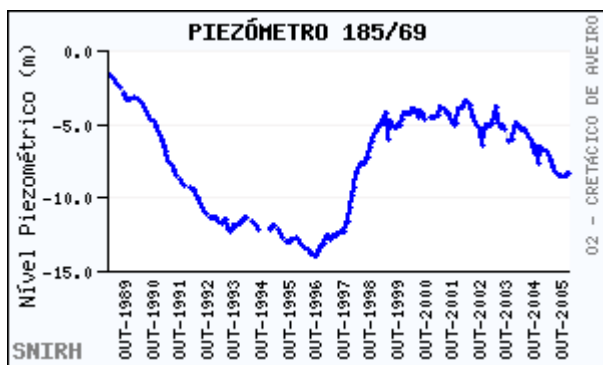
Valores da quantidade de precipitação, acumulada mensal e normal acumulada



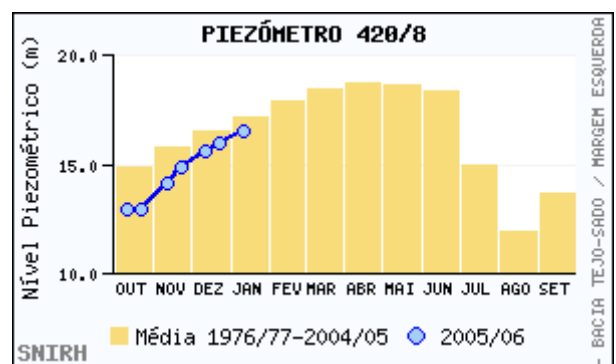
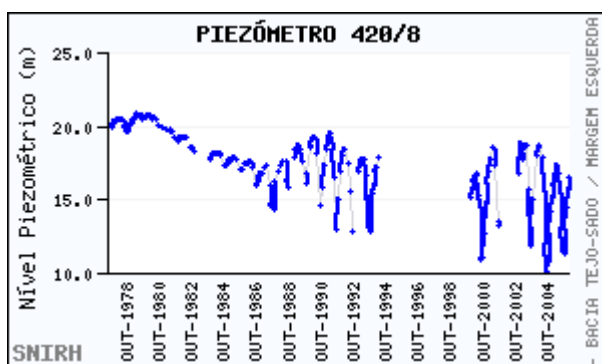
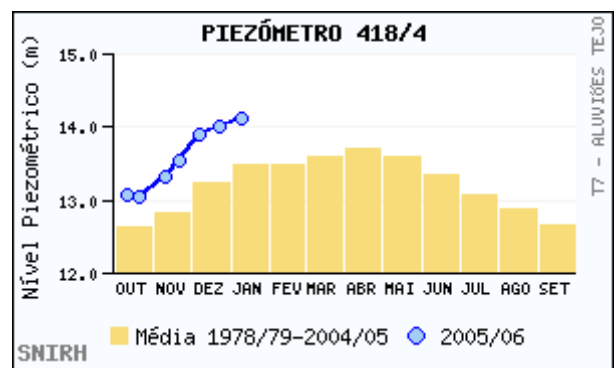
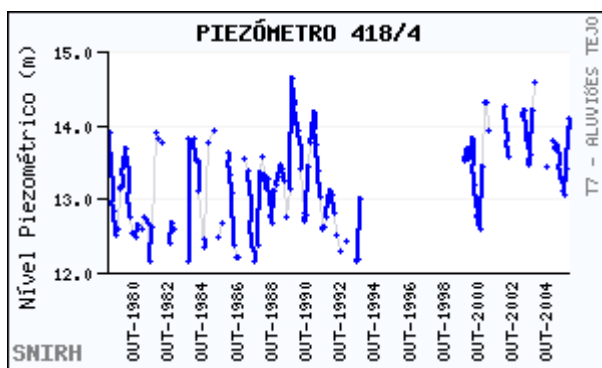
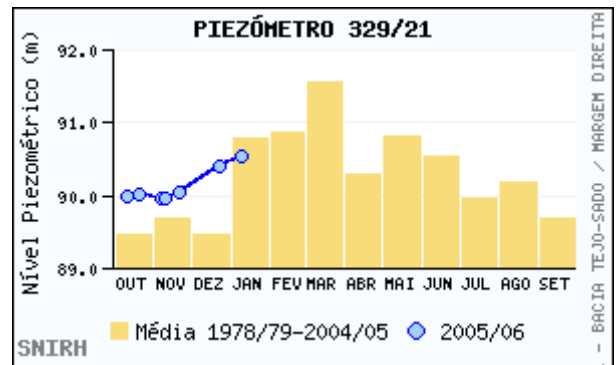
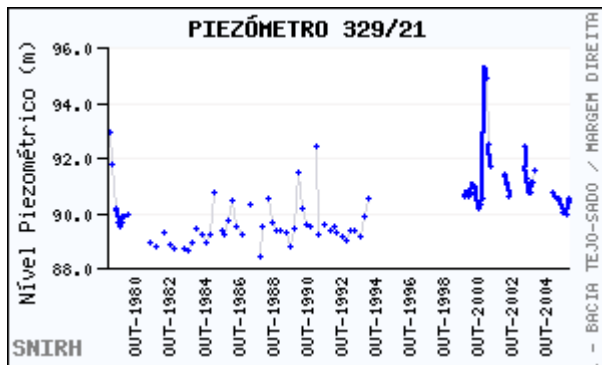
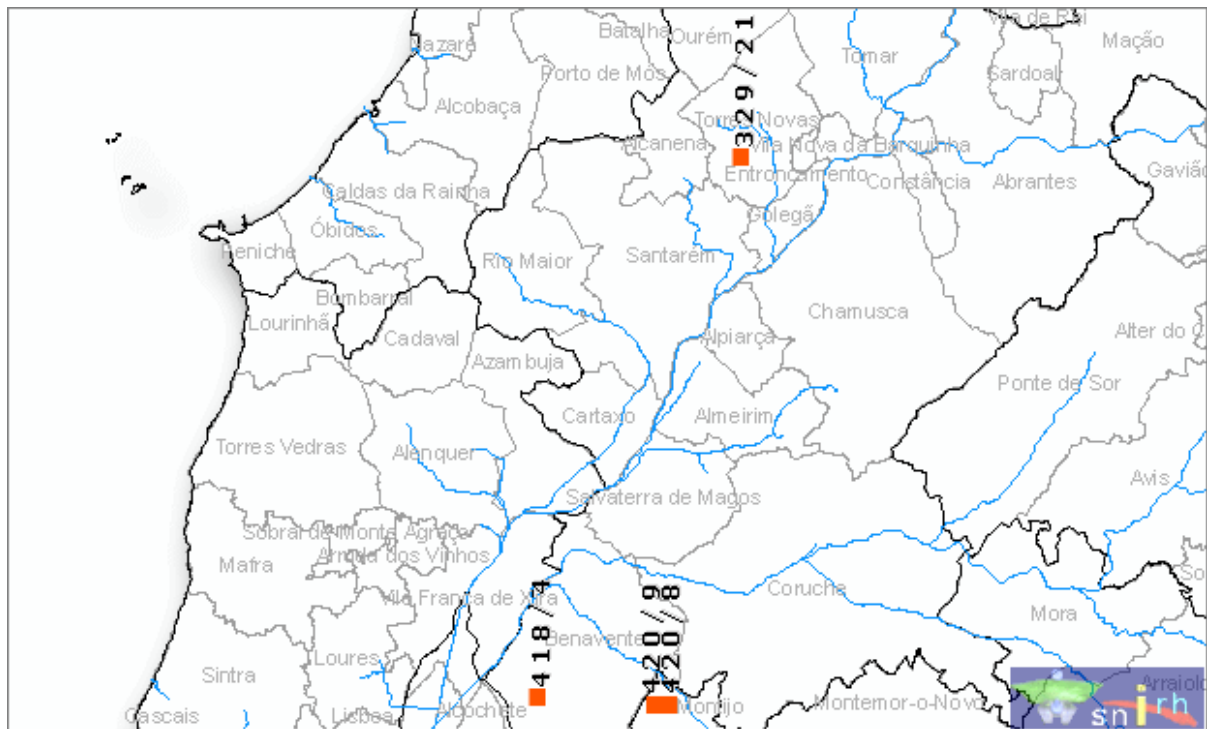
ANEXO II – EVOLUÇÃO PIEZOMÉTRICA

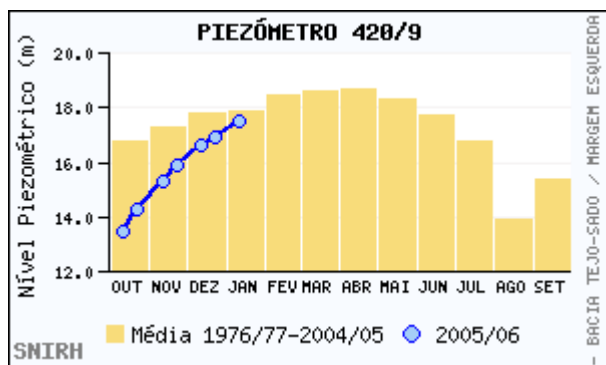
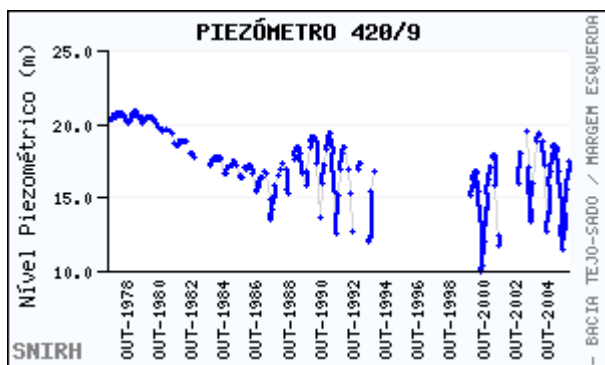
Região Centro



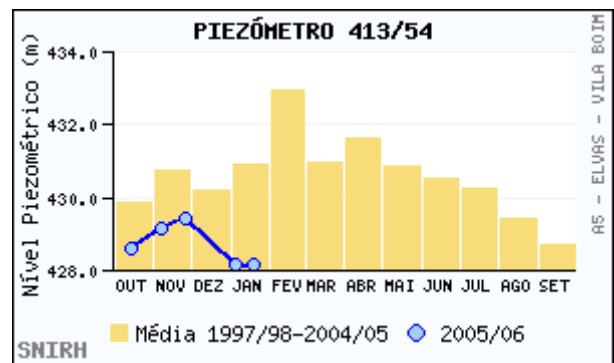
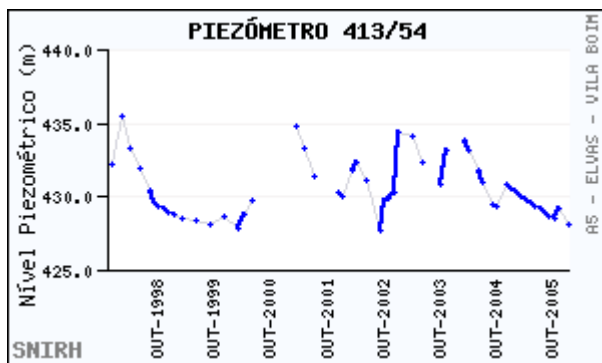
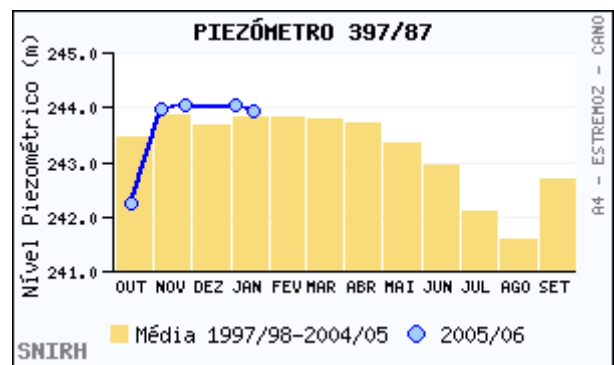
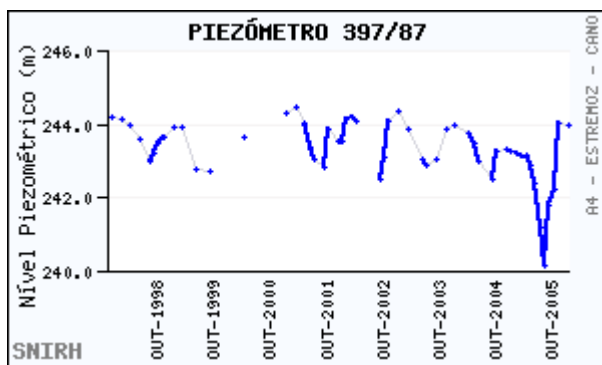
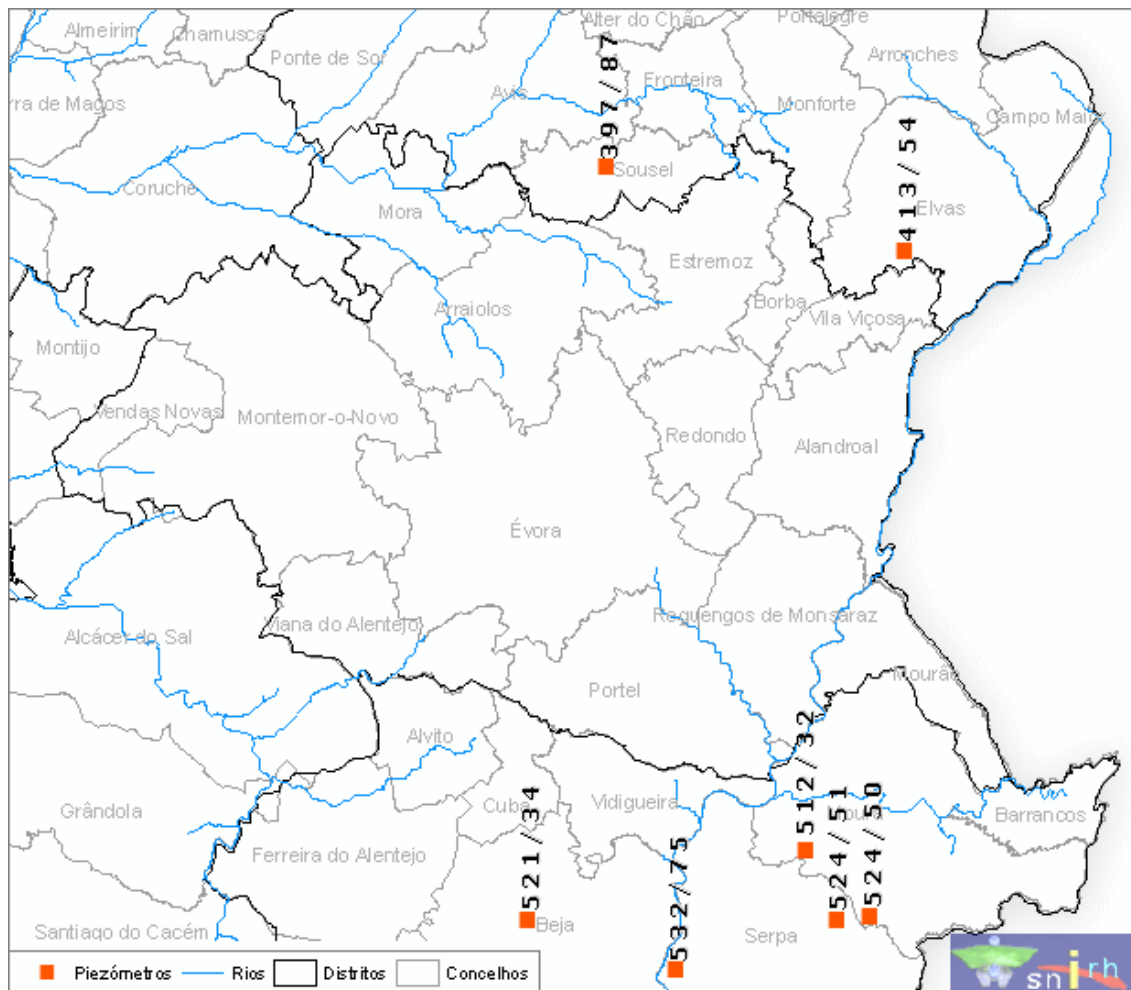


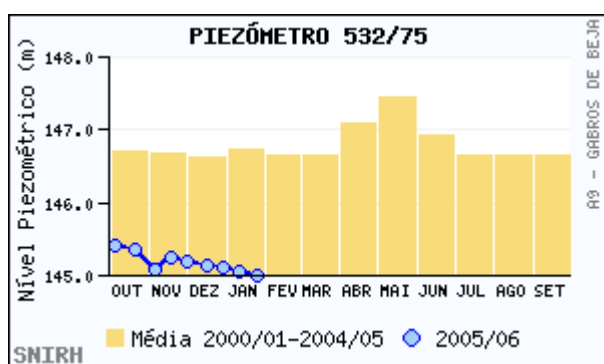
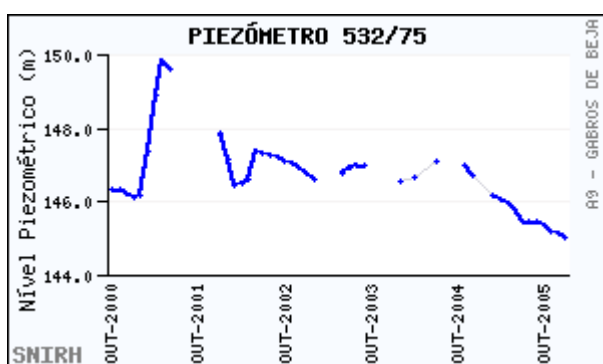
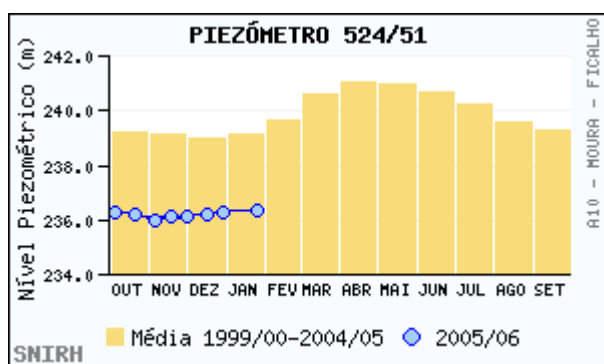
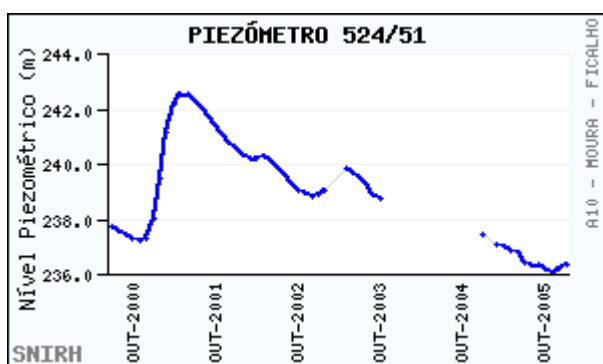
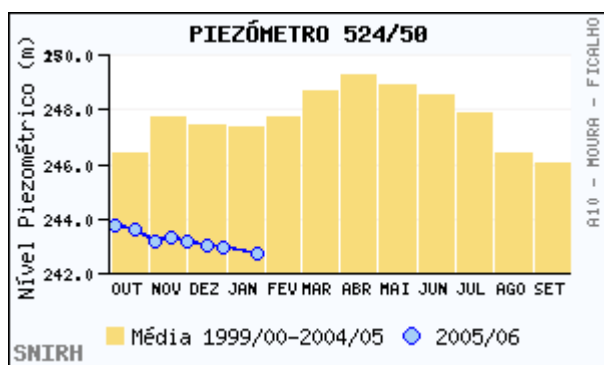
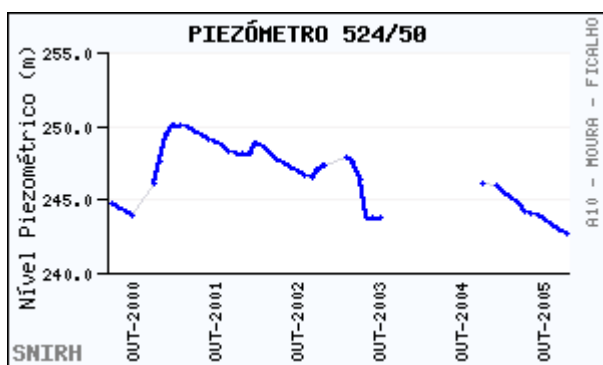
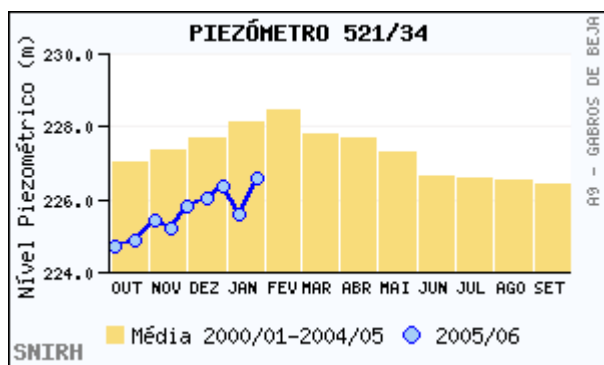
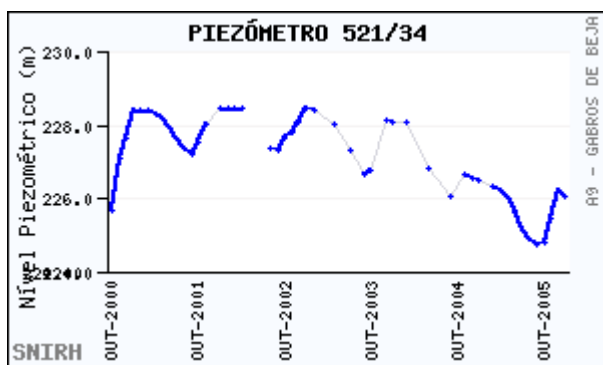
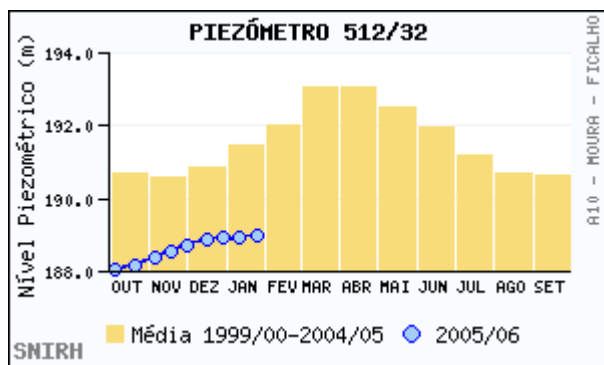
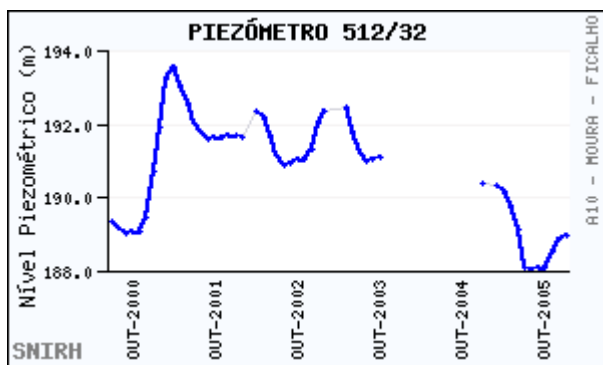
Região Lisboa e Vale do Tejo



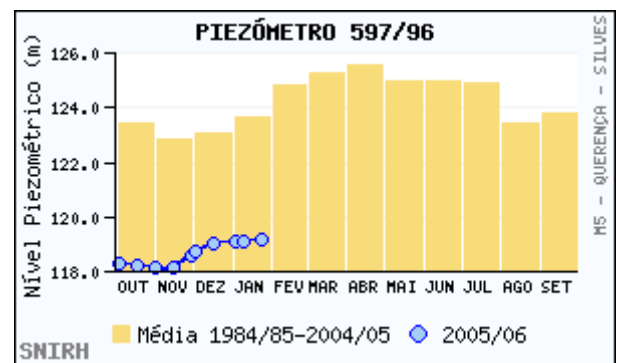
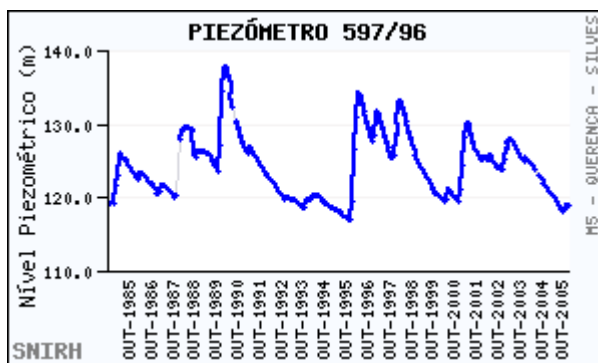
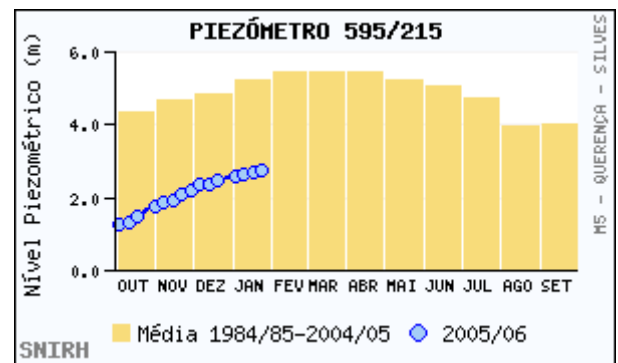
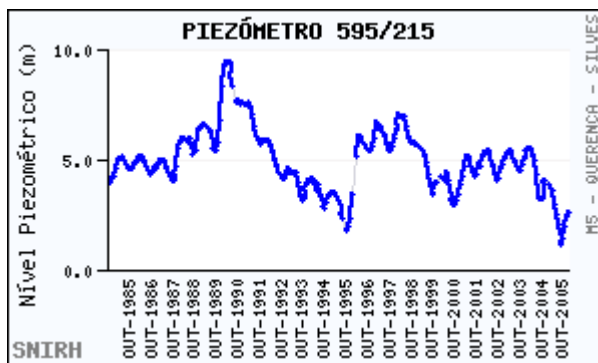
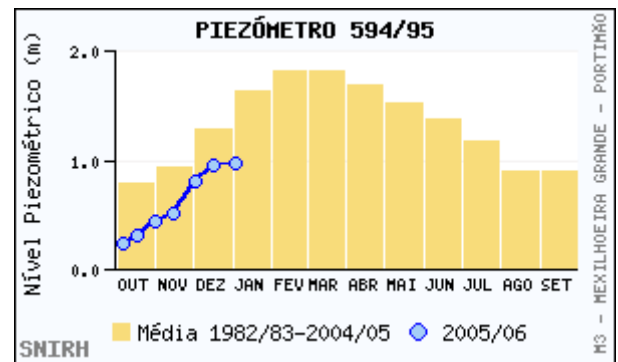
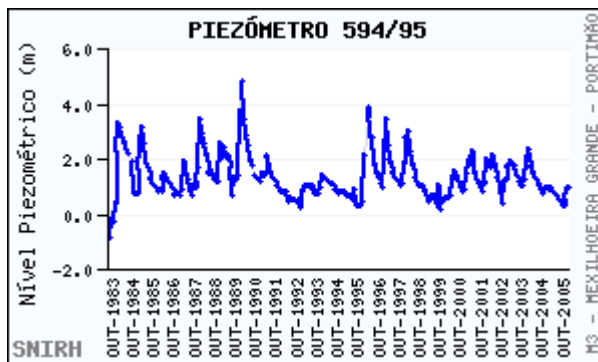
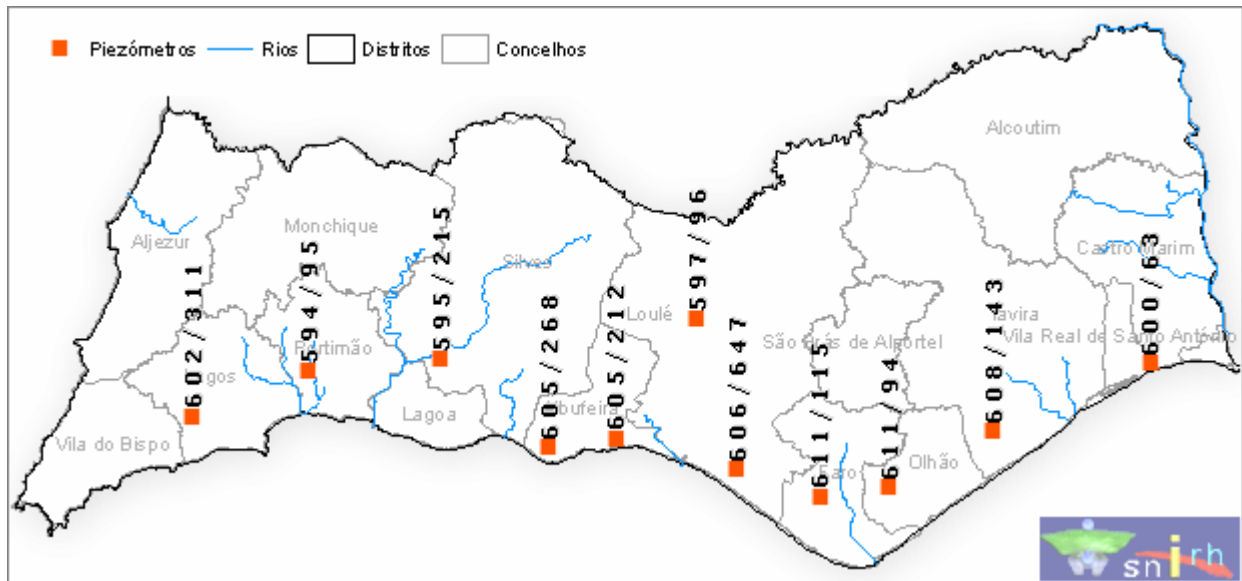


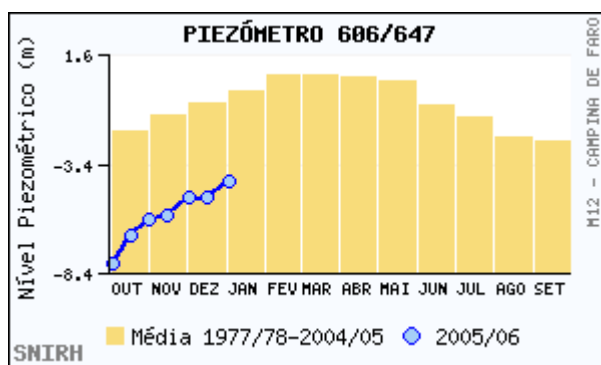
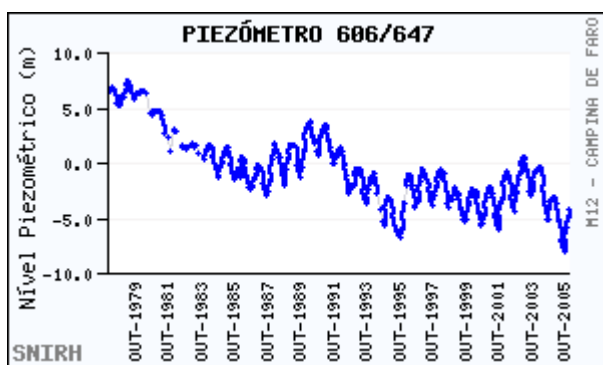
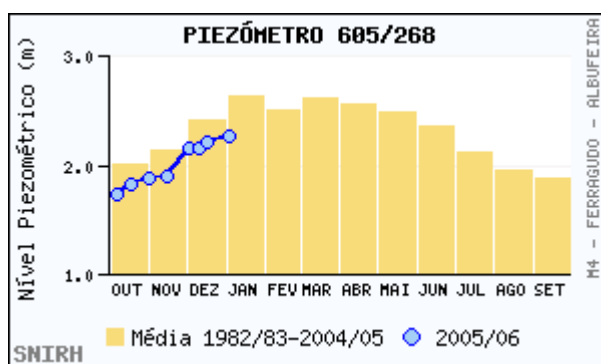
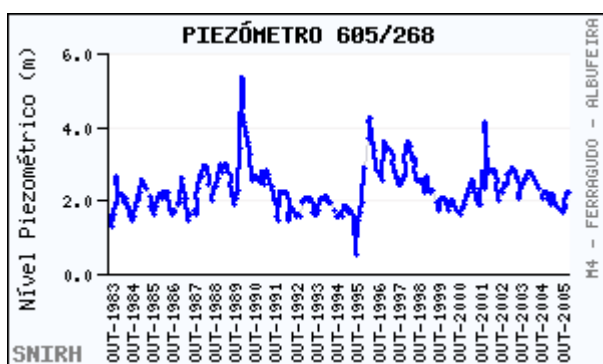
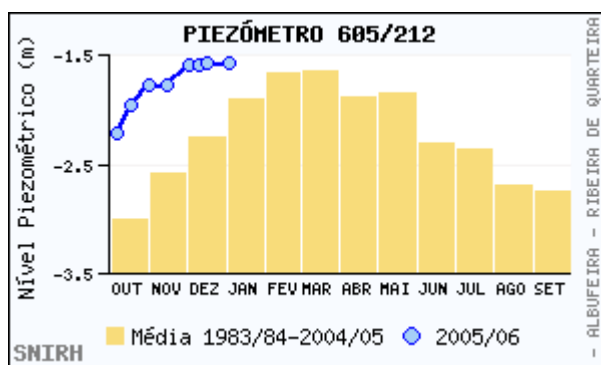
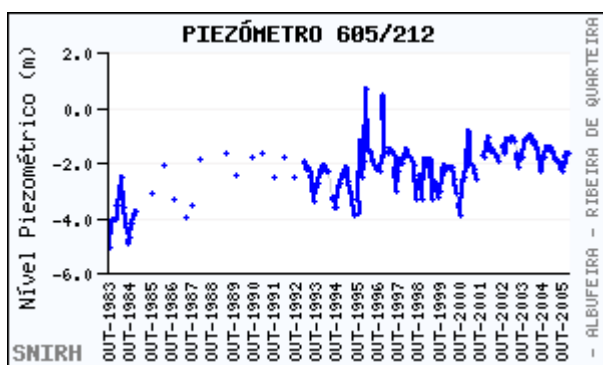
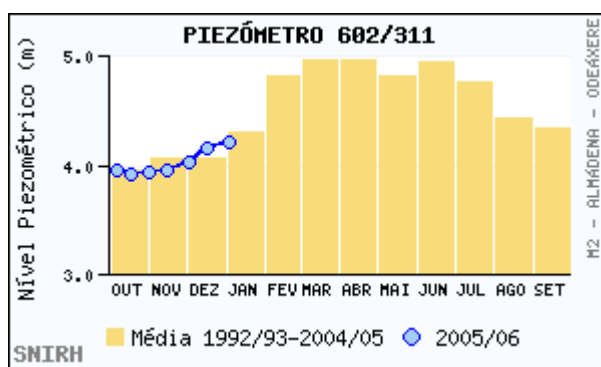
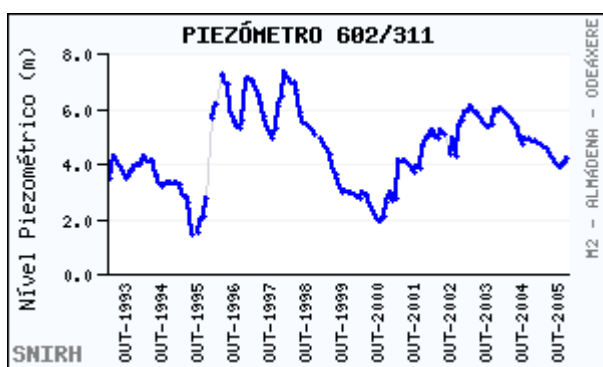
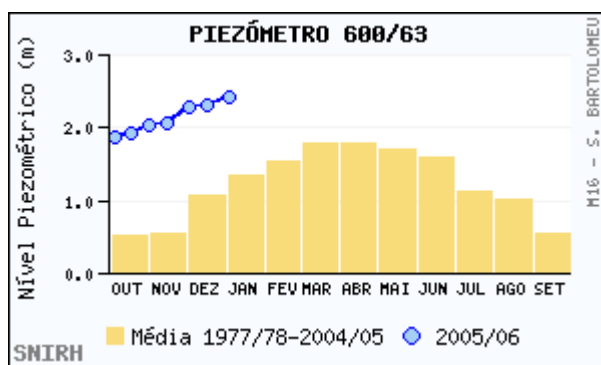
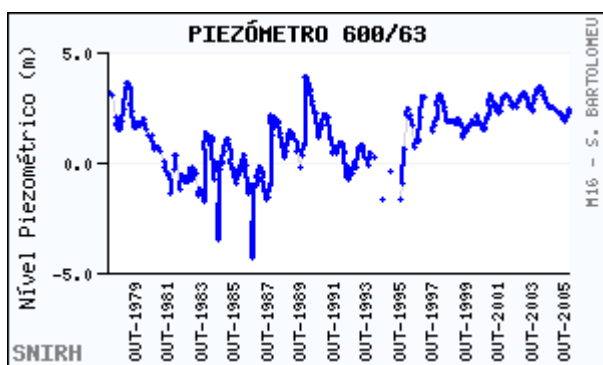
Região Alentejo

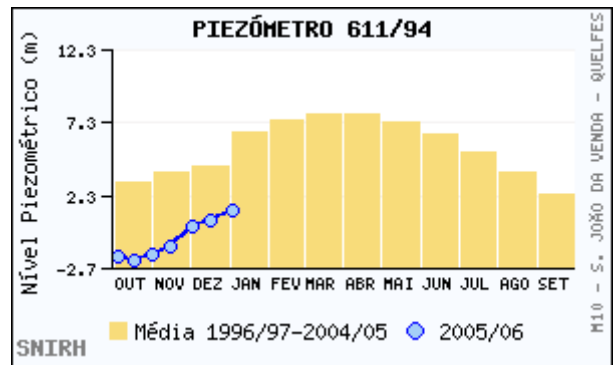
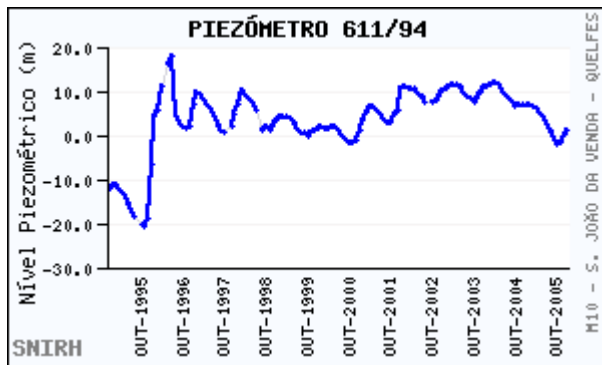
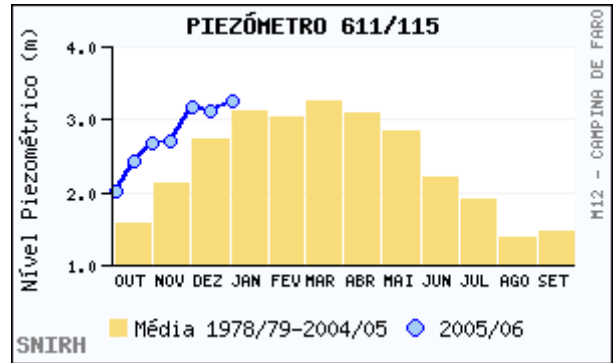
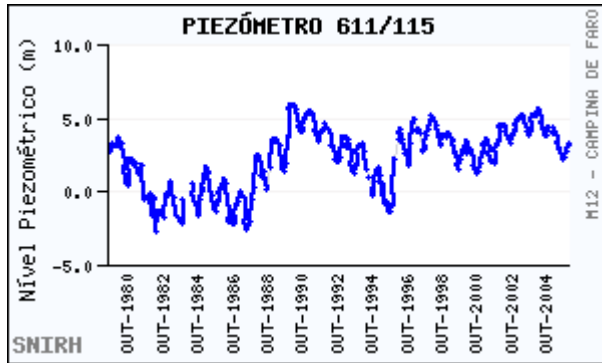
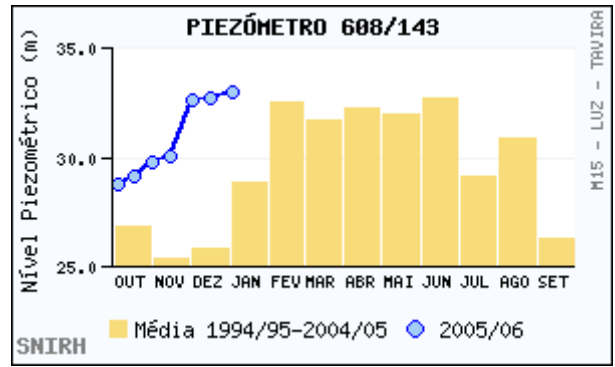
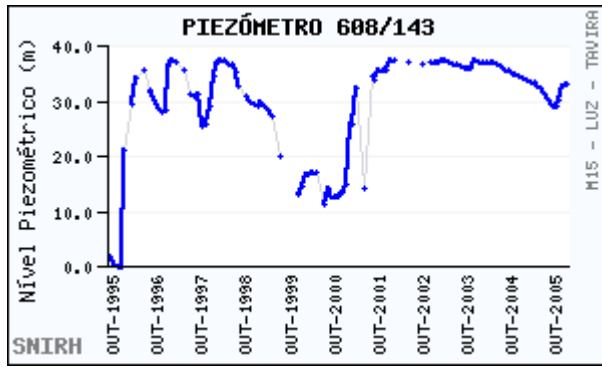




Região Algarve







Anexo III – SITUAÇÃO DOS ARMAZENAMENTOS EM ALBUFEIRAS DO NORDESTE TRANSMONTANO

	13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06
BARRAGEM DE VILA CHÁ/ALIJÓ																					
Volume da Albufeira	1,9 hm3																				
Tipo de Barragem	Aterro																				
Altura da Barragem	40 m																				
Cota do NPA	658,5 m,																				
Cota do Nível de Água (m)	653,40	653,26	653,00	652,93	652,00	651,80	651,18	650,50			648,38	647,50	647,05	646,60	646,43	646,32	645,97	646,81	646,90	647,14	647,34
BARRAGEM SORDO																					
Volume da Albufeira	1 hm3																				
Tipo de Barragem	Betão																				
Altura da Barragem	36 m																				
Cota do NPA	533,00 m																				
Cota do Nível de Água (m)			522,00	522,15	5225,00	522,50	521,55	520,05	518,90	517,05	516,80	515,50	514,60	514,30	515,55	517,60	521,90	521,30	521,90	521,10	522,05
BARRAGEM DE RANHADOS																					
Volume da Albufeira	2,6 hm3;																				
Tipo de Barragem	Betão-gravidade;																				
Altura da Barragem	41,0 m																				
Cota do NPA	716,0 m																				
Cota do Nível de Água (m)	715,70	716,00	716,00	715,85	715,00	714,60	713,90	712,80	710,80	709,80	709,40	708,40	707,9	707,35	707,00	706,45	705,97	708,40	710,85	712,80	714,10
Alt. Coluna de Água Disp	14,20	14,50	14,50	14,35	14,35	13,95	13,95	13,95													
BARRAGEM DO ARROIO																					
Volume da Albufeira	0,2 hm3																				
Tipo de Barragem	Aterro																				
Altura da Barragem																					
Cota do NPA	439,0 m,																				
Cota do Nível de Água	436,00	439,00	438,80	438,80	438,70	438,40	437,90	437,40	436,80	436,10	436,00	435,70	435,40	435,40	437,80	439,00	439,00	439,00	439,00	439,00	439,00
BARRAGEM DE BASTELOS																					
Volume da Albufeira	1,13 hm3;																				
Tipo de Barragem	Aterro;																				
Altura da Barragem																					
Cota do NPA	624,0 m,																				
Cota do Nível de Água (m)																					
BARRAGEM DE PALAMEIRO																					
Volume da Albufeira	0,32 hm3;																				
Tipo de Barragem	Aterro;																				
Altura da Barragem	18,2 m																				
Cota do NPA	643,0 m,																				
Cota do Nível de Água (m)	639,50	642,30	642,30	642,30	642,20	642,10	641,60	641,20	640,80	640,50	640,30	640,30	640,00	639,90	640,40	640,10	640,20	641,30	642,20	642,70	643,20

Anexo III – SITUAÇÃO DOS ARMAZENAMENTOS EM ALBUFEIRAS DO NORDESTE TRANSMONTANO

BARRAGEM DO SALGUEIRAL		13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06	
Volume da Albufeira	1,2 hm3;																						
Tipo de Barragem	Aterro;																						
Altura da Barragem	28,5 m;																						
Cota do NPA	382,5 m;																						
Cota do Nível de Água (m)		379,00	381,00 m	381,00	380,90	380,70	380,40	380,20	379,80	379,30	379,00	379,00	378,70	378,40	378,38	378,50	381,00	381,30	382,50	382,50	382,50	382,50	382,50
BARRAGEM DE VALE FERREIROS		13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06	
Volume da Albufeira	1,2 hm3;																						
Tipo de Barragem	Aterro;																						
Altura da Barragem	13,0 m;																						
Cota do NPA	635,0 m;																						
Cota do Nível de Água (m)		632,00	631,00 m	631,50	631,00	630,90	630,70	630,40	630,00	630,20	629,90	629,50	628,90	628,70	628,67	628,60	628,70	628,80	628,70	628,50	628,70	628,40	628,40
BARRAGEM DO AZIBO		13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06	
Volume da Albufeira	55,0 hm3;																						
Tipo de Barragem	Aterro;																						
Altura da Barragem	56,0 m																						
Cota do NPA	602,0 m;																						
Cota do Nível de Água (m)		599,20	599,00	599,00	599,00	598,70	598,50	598,20	597,90	597,50	597,20	597,00	596,70	596,60	596,50	596,50	597,00	596,90	597,00	597,10	597,40	597,50	597,50
BARRAGEM DA CAMBA		13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06	
Volume da Albufeira	1,5 hm3;																						
Tipo de Barragem	Aterro;																						
Altura da Barragem	30 m;																						
Cota do NPA	621,0 m;																						
Cota do Nível de Água		615,00	615,50 m	615,50	615,50	615,00	614,50	613,50	612,50	610,00	608,00	607,50	606,50	606,50	606,50	607,00	608,00	608,00	608,00	610,00	610,50	611,00	611,00
Alt. Coluna de Água Disp		18,00	18,50	18,50	18,50	18,00	17,50	16,50	15,50	13,00	11,00												
BARRAGEM DA ESTEVEINHA		13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06	
Volume da Albufeira	1,6 hm3;																						
Tipo de Barragem	Aterro;																						
Altura da Barragem																							
Cota do NPA	626,0 m;																						
Cota do Nível de Água		621,00	622,00 m	621,90	621,70	621,50	621,30	621,00	620,70	620,50	620,00	620,00	619,60	619,50	619,50	619,50	619,50	619,60	620,00	620,20	620,40	620,70	620,70
Alt. Coluna de Água Disp		7,50	8,50	8,40	8,20	8,00	7,80	7,50	7,20	7,00	6,50												

Anexo III – SITUAÇÃO DOS ARMAZENAMENTOS EM ALBUFEIRAS DO NORDESTE TRANSMONTANO

BARRAGEM DE PENEIREIRO		13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06	
Volume da Albufeira	0,67 hm ³ ;																						
Tipo de Barragem	Aterro;																						
Altura da Barragem	10,0 m;																						
Cota do NPA	621,0 m;																						
Cota do Nível de Água		618,00	618,00	618,00	617,60	617,50	617,20	616,80	616,40	615,80	615,40	616,30	614,70	614,60	614,40	614,30	614,50	614,70	614,50	614,60	614,70	614,70	
Alt. Coluna de Água Disp		3,00	3,00	3,00	2,60	2,50	2,20	1,80	1,40														
BARRAGEM DE VILAR		13-Abr-05	26-Abr-05	9-Mai-05	30-Mai-05	15-Jun-05	29-Jun-05	12-Jul-05	29-Jul-05	17-Ago-05	6-Set-05	13-Set-05	4-Out-05	13-Out-05	24-Out-05	2-Nov-05	15-Nov-05	29-Nov-05	13-Dez-05	4-Jan-06	16-Jan-06	30-Jan-06	
Volume da Albufeira	100,0 hm ³ ;																						
Tipo de Barragem	Enrocamento;																						
Altura da Barragem	58,0 m;																						
Cota do NPA	552,0 m;																						
Cota do Nível de Água		534,30	534,90	535,38	535,84	535,84	535,75	535,56	535,40			535,01	534,86	534,73	534,70	534,82	535,13	535,50	537,76	538,90	539,60	539,55	

Arcossó (Chaves) – 10 – 15%

Curalha (Chaves) – 40%

Mairos (Chaves) – 15 – 20%

Gostei (Bragança) – 5 – 10%

Prada (Vinhais) – 100%

Burga (Vale da Vilariça) – 5%

Salgueiro (Vale da Vilariça) – 20 – 30%

Anexo IV – ELABORAÇÃO DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA

Trabalho em construção.

Apesar de já existir um documento base, este ainda não foi apreciado pelo Grupo de Trabalho pelo que não reúne as condições para a sua divulgação alargada.

Anexo V – FICHAS METODOLÓGICAS

Trabalho em construção.

Apesar de já existir um documento base, este ainda não foi apreciado pelo Grupo de Trabalho pelo que não reúne as condições para a sua divulgação alargada.